

## Ata Circunstanciada da 21ª Sessão Ordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA SECRETARIA  
Diretoria Legislativa  
Setor de Registro e Redação Legislativa



### ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA  
21ª SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 25 DE MARÇO DE 2026.

INÍCIO ÀS 15H02

TÉRMINO ÀS 18H57

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Comunicado.

Despacho.

Trata-se de solicitação de instauração de processo de *impeachment* contra o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha Junior, protocolada pela deputada Paula Belmonte, conforme documento nº 2541729, constante do processo SEI 00001-00006116/2026-71.

Em atendimento ao art. 260 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o gabinete da presidência enviou a referida solicitação à Procuradoria-Geral – PG desta casa, para análise – quanto aos aspectos formais e jurídicos – e manifestação.

A PG, por sua vez, manifestou-se por meio do Parecer-PG nº 141/2026-NAMD, documento nº 2583903 – aprovado pelo procurador-geral desta casa, documento nº 2583906 –, com a sugestão de arquivamento sumário da denúncia.

Acolho, portanto, o Parecer-PG nº 141/2026-NAMD, documento nº 2583903, e determino o arquivamento da denúncia.

Brasília, 19 de março de 2026.

Assina o deputado Wellington Luiz, presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Sobre a mesa, expediente que será lido por mim.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Como não se verifica o quórum mínimo de presença, suspendo os trabalhos por 30 minutos ou até que ele se complete.

(Os trabalhos são suspensos.)

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Reinício os trabalhos. Está aberta a sessão.

Quero saudar o pessoal da Polícia Penal que está aqui e dizer que vocês têm o apoio desta casa e do nosso presidente. Saúdo o pessoal da Assinfra, que, há 13 anos, está sem nada e reivindica: "Reestruturação já! Carreira de Planejamento Urbano e Infraestrutura." Saúdo também o pessoal do Detran-DF. Estamos juntos. (Palmas.)

Cumprimento o deputado Chico Vigilante, o deputado Max Maciel, a deputada Dayse Amarílio, o deputado João Cardoso e o deputado Thiago Manzoni.

Registro a presença da ex-deputada Lúcia Carvalho, que está aqui conosco – que alegria! Bem-vinda à sua casa, deputada. (Palmas.)

Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Boa tarde, pessoal.

Boa tarde, Polícia Penal. Deus os abençoe. Vamos dar prosseguimento a essa luta, que é antiga. Conheço um pouco o trabalho de vocês. Quando sindicalista, conheci o sindicato de vocês – o Leandro, à época – e vi o quão difícil é o trabalho que vocês executam. Vocês têm um desafio muito grande para trabalhar como trabalham.

Pessoal do Detran, sejam todos bem-vindos. A reivindicação de vocês é muito justa também. Estamos aqui para dar voz e vez a vocês. Eu, como servidora, fico muito feliz de votar projetos que fortalecem Brasília por meio do serviço público.

Há um pessoal aqui que já garantiu um lugarzinho só deles. É o pessoal da carreira de planejamento urbano, que está aqui há anos. (Palmas.) Esses meninos, eu acho que há uns 2 anos e meio eu os vejo quase toda semana aqui na CLDF, lutando.

Convido todos os deputados que estão na casa para participarem dessa mobilização importante, cumprindo o nosso dever de estarmos na quarta-feira no plenário para votar projetos tão importantes. Reforço o convite para que os deputados venham ao plenário. O nosso presidente também já está chegando.

Considerarei muito importante, deputado Chico Vigilante, a fala de ontem no Colégio de Líderes, pois permitiu o acordo para estudarmos os projetos a serem votados. Hoje, vamos votar projetos que foram negociados durante bastante tempo. Em relação ao projeto da casa, que também vamos votar, chegamos a um consenso importante sobre o reajuste isonômico com o Tribunal de Contas, que abrange tanto celetistas quanto os cargos de livre provimento. Outro projeto importante é o da carreira da assistência tributária, que, depois de muitos anos, será votado hoje, se Deus quiser.

Nós fizemos ontem um trabalho muito grande, puxado pelo deputado João Cardoso, pelo deputado Chico Vigilante e por alguns deputados que defenderam que segurássemos o projeto dos auditores para votarmos o do pessoal da área-meio, o pessoal da gestão que trabalha há tanto tempo sem reestruturação de carreira – alguns, inclusive, se aposentaram e perderam direitos.

Estamos em um dia importante para Brasília, então convidamos os deputados a descerem. Vamos fazer o nosso dever.

Pessoal, sejam muito bem-vindos sempre, contem conosco.

Ontem falei uma coisa importante que quero deixar registrada. Sou enfermeira há 26 anos. Costumo brincar que gosto de sofrer, porque sou professora – não sei se vocês sabem disso, deputado Thiago Manzoni e deputado Pastor Daniel de Castro – e enfermeira do serviço público, da Secretaria de Saúde, do chão de fábrica. Sou vascaína com muito orgulho – vou perder voto, gente, mas vocês veem que defendo aquilo em que acredito. Sou casada também. Então, sou uma pessoa que gosta do sofrimento.

Falo isso porque, há muitos anos, temos, na enfermagem, a luta pela isonomia. Nós brigamos muito por isso, e acredito que vocês das forças de segurança também. Eu vim de uma carreira em que, há quase 30 anos, pouco depois que eu entrei na secretaria, todo nível superior ganhava a mesma coisa. Depois – vejam como as coisas acontecem –, por conta de força política, de espaço de decisão, tivemos no governo um chefe da Casa Civil que era odontólogo, e outras especialidades, outras carreiras foram despontando e ganhando suas reestruturações.

Faz 26 anos que lutamos pela isonomia dos enfermeiros. O que eu falo para os enfermeiros, como sindicalista que sou e aprendi a ser – nunca planejei ser sindicalista nem deputada, mas entendo o que estou fazendo aqui – é que temos que nos unir como servidores e resistir para continuar existindo. Eu vejo isso muito claramente na saúde.

Amanhã, pela Comissão de Saúde, a qual eu presido, vamos ter a prestação de contas do IGESDF. Todos vocês que estão aqui e quem assiste à nossa sessão pela TV Câmara Distrital sabem que, assim como muitas outras áreas, a saúde de Brasília está destruída. Hoje, as pessoas peregrinam sem atendimento.

O que eu falo para os profissionais, para os meus colegas enfermeiros, é que temos que lutar pela isonomia, pelos nossos direitos, por condições de trabalho, mas também temos que entender que o processo político e o espaço de decisão passam pela consciência de que não adianta falar de enfermeiro, técnico de enfermagem, médico ou assistente social sem falar do Sistema Único de Saúde, o qual defendo porque tenho uma visão do todo.

Hoje enfrentamos um projeto que não é para Brasília. Isto sempre me incomodou desde que entrei aqui, e é algo que hoje vejo de forma mais clara: os projetos são feitos para cada 4 anos; não são projetos para Brasília, são projetos para grupos políticos.

Nós servidores temos que defender o que é nosso, um Distrito Federal para todos, porque nós servidores não somos culpados pela situação do Distrito Federal. Não fomos nós que criamos secretarias para apadrinhar amigos, que fechamos contratos milionários, que compramos títulos podres. Não fomos nós que fizemos isso. Pelo contrário, trabalhamos em situações difíceis, insalubres, e damos o melhor que podemos.

Contem conosco. Precisamos nos unir. Precisamos, inclusive, defender o Iprev, que está sendo ameaçado pela situação do Banco de Brasília. Infelizmente, votou-se nesta casa, há algum tempo, que o teto de cargos de livre provimento pudesse aumentar muito além do permitido pela lei, que era 50%. Temos a questão do BRB, e o Iprev está relacionado a isso, porque ele tem ações do Banco de Brasília que inicialmente valiam R\$140 e hoje valem R\$4. Portanto, precisamos defender o Iprev porque se trata do futuro e do presente dos nossos aposentados, que muitas vezes não têm condições sequer de ter assistência à saúde, já que a saúde está um caos.

Defendo o SUS, defendo o serviço público, defendo Brasília para os brasilienses. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Bloco União Democrático. Como líder.) – Uma ótima tarde a todas e a todos. Primeiramente, registro minha gratidão a Deus por mais uma oportunidade de estar aqui como representante do povo.

Quero deixar os cumprimentos a todos os servidores da galeria e dizer que podem contar com o nosso apoio. Fui eleito para representar toda a sociedade brasiliense. Não tenham dúvidas de que quem estudou e quem se preparou para representar bem suas funções – assim como a Polícia Penal e a carreira de planejamento urbano e infraestrutura, que faz um trabalho de suma importância para o Distrito Federal – tem o meu reconhecimento e, com certeza, terá o nosso apoio. Da mesma forma, os servidores do Detran-DF e todos os servidores podem contar com o nosso apoio. (Palmas.)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, trago hoje não apenas uma boa notícia,

mas também a demonstração clara da força, do trabalho sério, comprometido e eficiente desta casa legislativa, especialmente da Comissão de Assuntos Sociais. Essa comissão, que tenho a honra de presidir, reafirmou seu papel protagonista ao promover uma audiência pública fundamental para a regulamentação do Programa Nota Legal Solidária, instituído por meio da Lei nº 7.574/2024. Mais do que debater, a comissão liderou um processo de construção de diálogo e de articulação institucional que fez diferença. O Nota Legal Solidária representa uma iniciativa de grande alcance social, ao permitir que créditos fiscais sejam destinados a instituições sem fins lucrativos que atuam em áreas essenciais, como assistência social, saúde, educação, assistência a crianças e adolescentes, defesa e proteção animal, cultura, entre outras. Foi graças à atuação firme e diligente da comissão que esse programa começou, de fato, a sair do papel.

A Comissão de Assuntos Sociais não se limitou à discussão, mas atuou diretamente com a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, cobrando, acompanhando e garantindo que as medidas necessárias fossem adotadas para a implementação do programa. Nosso compromisso sempre foi claro: transformar a lei em realidade e garantir que as políticas públicas funcionem e cheguem a quem mais precisa. A comissão, nesse sentido, cumpriu mais uma vez o seu papel com excelência. O resultado desse trabalho já é concreto: a secretaria atendeu prontamente às demandas apresentadas pela comissão e definiu os responsáveis pelo cadastramento das entidades, incluindo o Conselho dos Direitos do Idoso, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e a unidade de Projetos Sociais.

Esse avanço, senhoras e senhores, demonstra que, quando há seriedade, articulação e compromisso, os resultados aparecem. Presidente, é justamente isto que a Comissão de Assuntos Sociais tem demonstrado: capacidade de transformar boas ideias em ações efetivas, capacidade de fortalecer as instituições que atuam na ponta e, assim, fortalecer toda a sociedade. A Comissão de Assuntos Sociais tem sido peça central nesse processo, garantindo instrumentos legais que cumpram sua função social e alcancem quem realmente precisa.

Seguiremos atentos, atuantes e comprometidos, acompanhando cada etapa da implementação para assegurar que nenhuma entidade que se encontre funcionando regularmente fique à margem da lei. Reafirmo que o trabalho da Comissão de Assuntos Sociais é, acima de tudo, um trabalho em favor das pessoas, da justiça social e do desenvolvimento do Distrito Federal.

Finalizo dizendo que seguimos firmes nesse propósito, com responsabilidade e dedicação, em busca de resultados que atendam aos interesses maiores da nossa sociedade.

Muito obrigado, presidente.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

RESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Assumo a presidência.

Boa tarde a todos e a todas. Quero saudar os deputados e deputadas, os assessores e assessoras, e todos os que se encontram no plenário.

Estou vendo o pessoal do Detran-DF. (Palmas.) Eu e o deputado Eduardo Pedrosa continuamos em tratativas por vocês. Hoje pela manhã, estive no Palácio do Buriti para encontrar a solução e para que o projeto que diz respeito a vocês seja encaminhado. Mais uma vez, lembro que esse projeto tem recursos próprios do Detran-DF, portanto não gera impacto da fonte 100, então não há motivo para ele não ser enviado.

Com relação aos amigos da carreira de planejamento e infraestrutura, há pouco o Manuel me informou que o projeto de vocês se encontra no gabinete do governador. Em breve, às 16 horas, o governador estará no Palácio do Buriti. Nós esperamos que ele, assim que assinar o projeto, já o encaminhe para esta casa, para que nós consigamos votá-lo ainda hoje. A ideia é essa.

Quanto ao nosso pessoal da Polícia Penal, tivemos assembleia hoje. As expectativas são as melhores. Já falei na assembleia, não seria preciso repetir, mas a ideia é que nós concluamos isso o mais rápido possível, no mais tardar até a semana que vem. O voluntário da Polícia Penal também

está incluído nesse processo. Nós vamos mantendo vocês informados.

Eunice, sobre a carreira fazendária, eu acabei de falar com o Daniel e com a Leda. A ideia, Eunice, é mandar isso ainda hoje. O deputado Chico Vigilante me cobrou há pouco, e eu falei com o Daniel. A expectativa é que esse projeto seja enviado ainda na tarde de hoje para esta casa.

Trata-se, aliás, de um compromisso feito com os deputados de nós votarmos todos os projetos conjuntamente.

O projeto da casa será votado.

O projeto do IML já está na casa, já está conosco. Deve ser um dos primeiros a ser votado.

Concedo a palavra deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Senhor presidente, boa tarde. Boa tarde a todas as pessoas que nos acompanham. Boa tarde aos servidores novamente aqui presentes na expectativa de serem minimamente reconhecidos e valorizados pelo pior governo da história do Distrito Federal, o governo Ibaneis-Celina, que tanto mal fez a esta cidade e tanto mal fez aos servidores. Eu sou servidor público, sou servidor da educação, e, infelizmente, esse governo tratou o serviço público e a educação, em especial, com muito desprezo, muita violência e muita truculência.

Quero desejar boas-vindas a cada um e a cada uma que está aqui nessa luta tão necessária em defesa da nossa cidade.

Presidente, mais uma vez, venho a esta tribuna porque o caso BRB-Master não pode cair no esquecimento da cidade e muito menos desta casa. A cada dia, surge nova questão.

Nesta semana, nós nos deparamos com a história do PicPay e do contrato assinado com o escritório do governador. Essa história se parece com certas coisas estranhas que acontecem. Fazem um acordo entre governo e empresa, e a empresa começa a fazer descontos no contracheque dos servidores públicos, compulsoriamente. A mesma empresa que assinou contrato com o governo para fazer descontos nos salários de aposentados e pensionistas, 4 dias depois, depositou R\$1 milhão na conta do escritório do governador. É uma coincidência – para dizer o mínimo – estranha.

A mensagem que a PicPay mandava para os servidores é escandalosa. Era mensagem de umas das fraudes bancárias que o sistema financeiro não regulado insiste em cometer. Era uma mensagem mandada pelo WhatsApp, que vou ler: "Olá! Seu saldo já está liberado. Antecipe parte do seu salário sem juros e receba o valor na hora. Não é empréstimo consignado nem pegadinha! É o seu dinheiro! Faça o seguro diretamente no app." Essa é a mensagem do PicPay.

Depois, vinham os descontos compulsórios nos salários dos aposentados e dos pensionistas, que o governador autorizou. Ontem, nós trouxemos o documento assinado pelo secretário-executivo da Secretaria de Economia do Distrito Federal. São 9 os documentos assinados por ele autorizando os descontos.

Agora, parece que o governador não sabe de nada, de novo. Ele não responde a pedido de explicação, não responde a requerimento e se recusa a prestar qualquer tipo de esclarecimento nesta casa.

Ontem anunciamos e agora falamos de novo: protocolamos uma ação de denúncia no Ministério Público exigindo a devolução imediata dos recursos, a explicação e a responsabilização dos agentes públicos que permitiram os descontos e dos agentes privados que os fizeram.

Deputado Hermeto, falo com vossa excelência, líder do governo não sei se ainda com tanta ênfase, porque está difícil defender o governador. Deputado Hermeto, o governador diz que a culpa não é dele, que ele não sabe de nada e que a oposição é que está atrapalhando a tentativa de salvar a cidade.

Vou lembrar o governador de algumas operações. Uma delas é o leilão de uma fazenda feito pelo BRB, no qual só o governador deu lance e comprou a fazenda pela metade do preço. Outra é a compra, pelo próprio governador, de uma casa a juros rebaixados, quando ninguém nesta cidade tem as mesmas condições – é dele uma das casas mais caras desta cidade. Outra é o investimento no Flamengo e a parceria com o time, que foi assinada e renovada, mesmo que o BRB esteja em crise. Olhem que coincidência: o filho do governador é dono de 2 lojas do Flamengo! O contrato foi renovado, recentemente. Ainda há os contratos dos precatórios com a Reag e com empreendimentos do Banco Master e as reuniões do governador com o Vorcaro para tratar, inclusive, de estratégia de guerra.

Governador Ibaneis, não me parece que o senhor não sabia de nada ou que a culpa seja da oposição. Não foi a oposição que assinou contratos, que marcou reuniões e que colocou o Distrito Federal nessa lama e o BRB nessa situação muito delicada.

Quem precisa resolver a situação não é quem colocou o BRB nessa lama, porque essa pessoa não tem autoridade para fazê-lo. No entanto, ela precisa prestar todos os esclarecimentos para esta casa e, mais uma vez, não quer fazê-lo.

Presidente, vou passar todos os dias falando disso. Insisto: é fundamental que esta casa dê uma resposta e abra, imediatamente, a CPI do Banco Master, para que a população do Distrito Federal saiba o que de fato aconteceu e quem são os responsáveis pelo maior escândalo de corrupção da história da nossa cidade.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu tenho combatido de maneira muito firme o cartel dos combustíveis do Distrito Federal. Em vários momentos, o presidente do sindicato dos postos de gasolina, que eu desconfio ser laranja de uma grande rede, foi à TV Globo e a outros meios de comunicação dizer que não havia cartel em Brasília.

O cartel foi condenado em 2025, e, agora, a condenação foi ratificada. São R\$150 milhões aplicados em multa ao cartel. Antes disso, a rede Cascol, que integra o cartel, havia feito uma espécie de delação premiada. Pagou R\$90 milhões de multa e teve que abrir mão de uma série de postos no Eixinho. Ela contou como se praticava a combinação de preços e se livrou da condenação por ter feito essa delação.

O cartel, agora, está condenado administrativamente pelo Cade, mas eles continuam abusando de nós. Os postos da Cidade do Automóvel estavam vendendo gasolina a R\$6,69, e a mesma coisa ocorria na EPTG. O interessante é que os postos da EPTG foram condenados pelo Cade, mas continuam praticando preços abusivos.

Quero parabenizar o Cade pela ação tomada, mas quero dizer que é fundamental que os demais órgãos de defesa do consumidor continuem agindo. Parece-me que o diretor-geral do Procon está disposto a fazer esse combate. Eu conversei com ele ontem e indiquei postos que estavam abusando no preço. Ele me garantiu que imediatamente faria a fiscalização a fim de coibir esse abuso e livrar a população do Distrito Federal dessa situação dramática de sermos todos nós vítimas desse cartel nojent, o cartel dos combustíveis no Distrito Federal.

O segundo ponto, presidente, que quero abordar trata do maior roubo da história brasileira, do maior roubo da história do Distrito Federal, de um dos maiores do mundo, o roubo praticado contra o Banco de Brasília, um banco de todos nós.

Eu vi matérias, em vários meios de comunicação, que diziam que esse bandido chamado Vorcaro está se dispondo a fazer uma delação premiada. Eu espero, sinceramente, que essa delação premiada não sirva para livrá-lo da cadeia.

Presidente, a maior punição para aqueles que roubaram o BRB, na minha opinião, nem precisaria ser a prisão. Seria tomar todo o dinheiro que eles roubaram e colocar todos eles para ganhar salário mínimo, andando de ônibus, para ver como é que o povo vive. Eu deixaria todos eles nessa situação. Porém, está lá o bandido em uma sala de estar, na Polícia Federal, dizendo que vai fazer delação, comendo do bom e do melhor.

E ainda vem o governador do Distrito Federal, senhor Ibaneis Rocha – que levou o BRB a essa situação, pois é o controlador do banco –, afirmar que a situação pré-falimentar do banco é culpa nossa, da oposição, de quem não quer salvar o banco. Senhor Ibaneis, quem levou o banco a essa situação foi o senhor, não fui eu! Eu não tenho nada a ver com isso.

Além disso, o Ibaneis também parece ser um cidadão mal-agradecido porque há um deputado aqui – por quem tenho respeito – que deu a vida na defesa desse governador. Mas, na hora de ele dizer que esse deputado, o deputado Hermeto, não tinha culpa no caso em que foi injustamente acusado, ele lavou as mãos, dando uma de Pilatos. Disse: “Nisso aí, ele que se vire”.

Se eu fosse governador e isso tivesse ocorrido com um deputado da minha confiança, eu diria: “Essa acusação está errada, e eu confio no meu deputado”. Mas não, ele disse: “Ele que se vire”. Uma pessoa que abandona seus parceiros de caminhada não merece o respeito de ninguém. Ninguém larga a mão de ninguém quando tem certeza de que essa pessoa não está envolvida com corrupção.

É por isso que hoje não conheço nenhum deputado que esteja disposto a apoiar ou defender o Ibaneis, deputado Hermeto. Porque ele mostrou, efetivamente, que não tem respeito por ninguém. Se não teve respeito por vossa excelência, que deu a vida por ele aqui na Câmara Legislativa, não será por mim que ele terá – eu, que sempre o critiquei nesta tribuna.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Informo que acabei de falar com o secretário Daniel, que confirmou que ainda hoje enviará o projeto da carreira fazendária para que possamos discuti-lo. Com relação à carreira de planejamento, ele já havia mencionado anteriormente o assunto, e acredito que já o tenha encaminhado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, apenas para lembrar – vossa excelência é cumpridor de acordos nesta casa, e eu confio em vossa excelência –, nós acordamos que só votaremos qualquer projeto relativo à Secretaria de Economia se estiver também na ordem do dia o projeto dos servidores fazendários. E, como é um acordo, ele precisa ser cumprido. Vossa excelência é um homem que cumpre acordos, e foi por isso que depus meu voto em vossa excelência para presidente desta casa.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante, fico honrado com esse apoio e reafirmo nosso compromisso com as decisões do Colégio de Líderes. Há pouco, liguei para o secretário Daniel e o alertei sobre esse acordo firmado. De fato, existe sintonia na votação dos projetos. É importante que todos estejam disponíveis para que possamos votar. É por isso que houve um esforço do secretário Daniel para que o projeto chegasse ainda hoje à casa. Assim que chegar, votaremos todos os projetos conjuntamente.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, apenas quero reafirmar o que o deputado Chico Vigilante falou: há anos estamos tentando garantir aos servidores da gestão fazendária o mínimo de uma reestruturação. Também estamos tentando realizar ajustes financeiros, mas, mesmo assim, esse projeto de alteração – que não gera impacto financeiro – deveria ser

encaminhado imediatamente. Eu estou com o deputado Chico Vigilante e com a categoria, e nós só aprovaremos qualquer projeto após a chegada desse projeto.

Presidente, aproveitando que hoje é o dia dos servidores aqui na casa – e que faremos esforço para aprovar os projetos –, peço que vossa excelência inclua na ordem do dia o projeto relacionado aos servidores da Secretaria de Saúde, os chamados Avas e ACS, sobre o IFA. É um projeto que autoriza o governo a repassar o dinheiro que recebe do ministério para eles. Nós tentamos votá-lo algumas semanas atrás, mas não houve quórum. Hoje, vai haver quórum.

Peço a gentileza, presidente, de que vossa excelência coloque esse projeto na ordem do dia para, enfim, nós resolvermos a questão dos servidores Avas e ACS.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Jorge Vianna, daqui a pouco eu vou consultar os deputados sobre isso. De fato, esse projeto já foi solicitado algumas vezes por vossa excelência. A ideia era que ele já tivesse sido votado, mas ontem houve um questionamento do Colégio de Líderes, e acabaram sugerindo que fosse feita uma indicação. No entanto, como o projeto é de sua autoria, cabe a vossa excelência decidir se ele entra na ordem do dia ou não, e a nós deputados, concordarmos ou não. Daqui a pouco, nós discutiremos com os parlamentares para decidirmos sobre isso. Da minha parte, não há problema nenhum. Fica o nosso compromisso.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Agradeço, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como líder.) – Presidente, boa tarde. Boa tarde aos demais parlamentares, a quem assiste à nossa sessão pelo YouTube e pela TV Câmara Distrital e a quem está aqui na galeria.

Hoje, diversas profissões estão aqui na galeria, mas todo mundo sabe, presidente, do meu apreço especial pelas forças de segurança do Distrito Federal. Então, eu saúdo, de maneira muito especial, o pessoal da Polícia Penal que está aqui hoje. (Palmas.)

Agradeço, na pessoa de vocês, a todas as forças de segurança do DF, que fazem um trabalho de excelência para garantir o mínimo de paz e que, na minha opinião, são a barreira entre o caos total e o que nós vivemos hoje na nossa sociedade.

Entrarei em outro assunto, presidente. Há aproximadamente 1 mês, eu fiz, provavelmente, se não o mais importante, um dos mais importantes discursos do meu mandato. Era relacionado ao caso do BRB.

Na ocasião daquele discurso, eu fiz diversos apontamentos e questionamentos relacionados ao projeto de lei que seria votado. Nenhum dos apontamentos que eu fiz foi respondido. Também não houve resposta a nenhuma das indagações, das perguntas que eu fiz.

Quando um parlamentar pergunta, ele está perguntando em nome do povo. A Constituição do Brasil diz que todo poder emana do povo, que elege os seus representantes.

Então, quando a Câmara Legislativa ou quando um deputado faz um requerimento de informações, ou faz perguntas, ou pede explicações, as respostas e as explicações que são dadas são dadas ao povo do Distrito Federal.

Por outro lado, o desrespeito não é só ao parlamentar, não é só ao parlamento, é também ao povo do Distrito Federal.

Ninguém que perguntou teve resposta. O projeto foi votado sem que nós tivéssemos as informações mais básicas, e foi aprovado. Então, eu apresentei um requerimento de informações para o BRB e para a Secretaria de Economia. Aliás, ontem, o deputado João Cardoso apresentou no

telão 500 mil inconsistências dessa lei que está em vigor, apontando item por item o que estava errado. Foi até um discurso extenso, que demorou.

Eu achei que as respostas, deputado, diante de tudo o que vossa excelência expôs e diante do que eu queria de explicação, seriam minimamente razoáveis.

O que eu queria saber, em resumo? Qual é a situação atual do BRB? Qual, de fato, foi o impacto financeiro das operações envolvendo o Banco Master? Quais medidas foram ou estão sendo adotadas? E qual é o impacto da ajuda do Governo do Distrito Federal ao BRB nas contas do Distrito Federal?

Todas essas respostas são muito importantes para nós sabermos se dá para salvar o BRB. No entanto, a pergunta que fica também é: salvar de quem? Acho que ninguém tem dúvida de que o BRB está precisando ser salvo, mas de quem nós estamos salvando o BRB? Quem foi o mentor intelectual disso tudo? De onde veio a ideia disso tudo? E, principalmente, para onde foi o dinheiro? O que se sabe é que, no mínimo, R\$6.600.000.000 sumiram. No bolso de quem está esse dinheiro?

Apresentei o requerimento, que foi respondido. É de pasmar. É de cair o queixo. Sabem o que a Secretaria de Economia respondeu para o povo do Distrito Federal? "Já virou lei, não temos nada para dizer. Não há informações a serem prestadas." É como dizer: "Dane-se". Só que esse "dane-se" não é para o presidente deputado Wellington Luiz, não é para a Mesa Diretora, que apresentou o requerimento, não é para o parlamentar. Ele é para o povo do Distrito Federal.

Isso é o retrato do que o GDF pensa a respeito do povo. Não há informações. A secretaria se recusou a prestar os esclarecimentos.

Acontece que a Lei Orgânica do Distrito Federal estabelece como crime de responsabilidade esse tipo de conduta. O art. 60, inciso XXXIII, da Lei Orgânica do Distrito Federal diz que é crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de 30 dias, bem como o fornecimento de informação falsa no que diz respeito ao requerimento de informações que foi apresentado. A recusa é crime de responsabilidade, presidente, previsto na Lei Orgânica do Distrito Federal.

Não é a primeira vez que isso acontece! Eu estou cansado de ver deputado reclamando da recusa das secretarias em responder aos requerimentos de informação que são feitos.

O que eu quero saber, presidente, é até quando a Câmara Legislativa não vai tomar providência em relação a isso. Eu o farei. Vão ter que responder de um jeito ou de outro.

O BRB deu uma disfarçada. A secretaria não disfarçou, não; mas o BRB deu uma disfarçada. Respondeu, em 2 laudas, a todas as perguntas que eu tinha feito, mas respondeu sem responder. Respondeu que, com relação à operação e à tentativa de aquisição do Banco Master, todo o processo foi amplamente noticiado. Mas o que queremos saber não é quanto ao negócio que foi autorizado pela Câmara Legislativa e rejeitado pelo Banco Central. Esse nós sabemos que não deu prejuízo nenhum! O que queremos saber é o que foi feito antes. O que queremos saber é onde foi parar o dinheiro dos negócios que foram feitos com o Banco Master antes dessa tentativa de adquirir 49% do banco!

É óbvio que todo mundo sabe que o dinheiro não foi pago ao Banco Master para adquirir os 49% do banco. Todo mundo sabe que o Banco Master foi liquidado. Todo mundo sabe também que, antes disso, R\$12 bilhões do BRB tinham ido parar na mão do Banco Master – desse valor, pelo menos R\$6 bilhões em títulos inexistentes. É sobre isso que queremos saber. Cadê o dinheiro? Onde vocês colocaram o dinheiro?

Quando nós perguntamos "Qual é a situação do BRB?", eles respondem "Não podemos dizer". "O que vocês estão fazendo para salvar o BRB?", "Não podemos dizer". "Qual é o impacto dessa lei que está sendo discutida no Judiciário? Ela fica em vigor ou não?", "Não podemos dizer."

Presidente, tiveram a audácia de, na resposta, mandar o *Diário Oficial* inteiro que publicou a lei. As medidas vão ser adotadas. Vocês acham que a galera é burra? Vocês acham que nós não

sabemos que o que vocês querem é pegar o dinheiro do pagador de imposto para cobrir o rombo do dinheiro em que vocês deram sumiço? O que queremos saber é qual a consequência disso para os cofres do Distrito Federal.

Vocês podem até agir como se a Câmara Legislativa fosse um circo e como se aqui só houvesse palhaço. Podem chamar o presidente deputado Wellington Luiz de palhaço, podem chamar a Mesa Diretora toda aqui de palhaça, podem chamar os deputados de palhaços; mas vocês vão responder. Se não for por meio de requerimento de informações, vocês virão aqui responder, por meio da instauração de uma CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito. Vocês virão aqui como testemunhas ou como investigados, porque o que não dá, presidente, é o povo do Distrito Federal ficar sem resposta e sofrer esse tipo de aberração.

Isso aqui é uma aberração. A aberração foi assinada pelo novo presidente do banco, o Nelson. Ele assina a resposta ou a não resposta – ele, o doutor Antônio José e a doutora Ana Paula. Não podemos considerar isso aceitável.

Portanto, há o convite para, no dia 7, eles virem prestar esclarecimentos. O Izidio, presidente da Terracap, foi convocado. Se não prestarem os esclarecimentos, vamos nos articular e alcançar o número de assinaturas necessárias para abrir uma CPI. É só uma questão de tempo. Vão responder de um jeito ou de outro.

O que nós representantes do povo não vamos tolerar é essa falta de respeito com o cidadão de Brasília, porque representamos o povo e queremos explicações em nome dele.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Como líder.) – Boa tarde a todos.

Senhor presidente, senhores deputados, como bem lido no expediente pelo secretário, deputado Pastor Daniel de Castro, o governador enviou o reajuste do serviço voluntário de todos os órgãos da segurança pública.

Estou falando em relação aos policiais, mas o Detran tem todo o direito, e vamos trabalhar a fim de que eles também tenham esse reajuste do serviço voluntário.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Medida mais do que justa.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Como líder.) – Sim, medida mais do que justa.

Presidente, eu quero fazer um rápido balanço. Eu falo como representante da minha gloriosa Polícia Militar, onde fiquei 30 anos. Sou subtenente da reserva. Sempre digo que não sou deputado, mas estou deputado provisoriamente, até quando Deus me abençoar. Eu sou um subtenente das antigas, que trabalhou na Ceilândia, no Gama e em vários quartéis.

Presidente, durante os últimos 4 anos, principalmente, sob a presidência de vossa excelência, houve uma união nossa – minha, de vossa excelência e do deputado Roosevelt Vilela, que não está presente, mas ainda usará da palavra – em uma tarefa. Marchamos sempre juntos em direção a um único objetivo: fortalecer e reconhecer a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. Claro que existem outros órgãos de segurança, mas falo em nome da minha querida Polícia Militar.

Nós tivemos o maior reajuste da história, presidente, concedido tanto para a Polícia Civil

quanto para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros.

Vou falar pela Polícia Militar, onde tivemos 18 mil promoções. Nenhum governo fez isso. Todos sabem que um soldado leva 10 anos para se tornar cabo, conforme a Lei nº 12.086. Porém, quando há a faculdade da redução do interstício, a promoção ocorre em 5 anos. Nosso governo já promoveu 18 mil policiais e, agora, a vice-governadora Celina Leão irá promover, em abril, mais 600 policiais. Trata-se de um reconhecimento a essa categoria que, dia a dia, luta e batalha pela segurança pública, em conjunto com a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar.

O nosso serviço voluntário estava defasado. Essa luta, presidente, vossa excelência travou junto comigo, para que houvesse a equiparação das horas trabalhadas, para que o policial civil e o policial militar recebessem o mesmo valor da hora trabalhada. Foi uma guerra, foi uma luta para que pudéssemos chegar a esse consenso e encaminhar, hoje, o projeto da Polícia Civil à Câmara Legislativa.

Graças a Deus, a nossa Polícia Militar foi contemplada. Hoje mesmo o governador assinou o decreto – pois, nesse caso, trata-se de medida via decreto – que reajusta o valor do serviço voluntário da PM. A partir de amanhã, o policial militar que tirar serviço voluntário receberá R\$95 por hora trabalhada.

É claro que muitos estão questionando que há a incidência de imposto sobre o serviço voluntário. E há, porque a lei que instituiu o serviço voluntário não é distrital, mas federal, sendo regida pela Lei nº 10.486, que disciplina os vencimentos da Polícia Militar. A nossa batalha, agora, é transformar o serviço voluntário – o que é certo – em remuneração sem incidência de imposto. A batalha agora é na Câmara dos Deputados, com o deputado federal Rafael Prudente, que está com a medida provisória. Temos de transformar o serviço voluntário em verba indenizatória, como ocorre na Polícia Civil. O que acontece é inadmissível, pois não se trata de salário, mas de verba indenizatória. Essa é a nossa batalha e a nossa luta. Eu não vou parar enquanto não conseguirmos isso.

Temos trabalhado muito. O meu mandato, nos últimos 4 anos, empenhou-se bastante nessa questão. Governos passados não colocaram sequer 1 policial militar nas fileiras da PM. Nós já colocamos mais de 5 mil policiais militares. Inclusive, o CFP XII conta com 1.240 policiais. Daqui a aproximadamente 15 dias, deputado Pepa, esses alunos vão estreiar no Morro da Capelinha, fazendo o policiamento. Eles estreiarão na Sexta-Feira Santa. Será o primeiro serviço de policiamento desses 1.200 policiais. Entre eles, está meu filho, com a arma na cintura, trabalhando e batalhando. Para mim, é motivo de orgulho vê-lo como soldado da Polícia Militar.

Graças a Deus, agora, vamos continuar trabalhando pelos 813 policiais militares do CFP XIII, etapa final do concurso. Vamos lutar para que esses policiais ingressem no novo curso de formação, e aí, sim, daremos por encerrado esse concurso. Em 2027, precisaremos abrir um novo edital e um novo concurso para a Polícia Militar.

Digo, portanto, aos meus colegas policiais militares que há muito o que comemorar. Porém, alguns que são contrários vão dizer: "Ah, vamos pagar imposto. Vamos não sei o quê." Temos batalhas a vencer.

Há também a questão do posto acima, previsto em lei federal que regulamenta todas as polícias militares do Brasil. Precisamos regulamentar isso no Distrito Federal. Em outros estados, como Goiás, o posto acima já foi regulamentado. Cabe, agora, à vice-governadora Celina Leão, que assumirá o governo na próxima segunda-feira, nesta casa, regulamentar essa situação.

Devemos buscar sempre que a nossa corporação, juntamente com a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros Militar, o Detran-DF, a Polícia Penal e todas as forças de segurança, seja modelo e coloque o Distrito Federal como a cidade mais segura do Brasil. Nós temos essa tradição.

Parabenizo todos os envolvidos: o nosso presidente, pela luta; os policiais militares; o secretário Sandro; o deputado federal Rafael Prudente, que também está lutando muito por isso; o

governador Ibaneis; a vice-governadora Celina Leão; e o secretário de Economia Daniel, que fala pouco, trabalha muito e traz resultados. Agradeço a todos.

Hoje é um dia muito feliz para a minha corporação. A partir de amanhã, o policial militar que tirar serviço voluntário passará a receber R\$95 por hora trabalhada.

Muito obrigado. Deus os abençoe.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Parabéns, deputado Hermeto. Mais uma vez, muito obrigado por esta caminhada de união. Isso faz uma diferença muito grande. Todas as matérias foram tratadas dessa maneira entre nós e não havia jeito de elas não darem certo. Parabéns e obrigado.

Encerrado o comunicado de líderes.

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito aos deputados que venham ao plenário. Ontem firmamos o compromisso de votarmos todas as matérias. Espero que os parlamentares estejam presentes.

Incluo, como itens extrapauta, os seguintes projetos:

- Projeto de Lei nº 2.233/2026;
- Projeto de Lei nº 2.229/2026;
- Projeto de Lei nº 2.235/2026;
- Projeto de Lei nº 2.237/2026;
- Projeto de Lei nº 2.234/2026;
- Projeto de Lei nº 2.236/2026.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.233/2026, de autoria da Mesa Diretora, que “Dispõe sobre o reajuste das tabelas de remuneração do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal para recomposição de perdas inflacionárias”.

A galeria está lotada e aguarda que os parlamentares venham ao plenário para que votemos as matérias.

Como não se verifica o quórum mínimo de presença, suspendo a sessão até que ele se complete.

(A sessão é suspensa.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Reabro a sessão, mesmo não havendo quórum.

Retifico a ementa do Projeto de Lei nº 2.233/2026, de autoria da Mesa Diretora, que “Dispõe sobre as tabelas de remuneração do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, altera dispositivos da Lei nº 4.342, de 22 de junho de 2029, e dá outras providências”.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Presidente, senhoras e senhores deputados, estou lendo, no portal UOL, a seguinte notícia: “Flamengo renova contrato com o BRB em acordo de R\$42 milhões”. O contrato era de R\$32 milhões e foi renovado, de acordo com o anúncio do Flamengo, para R\$42 milhões, por 1 ano, até março de 2027.

Isso é um absurdo, com todo o respeito à história e às tradições do Flamengo. Como o BRB, numa crise dessa, atrás de dinheiro para diminuir o rombo que foi provocado pelo esquema de corrupção – talvez um dos maiores da história deste país –, renova um contrato com o Flamengo, um time de futebol? O banco está tentando vender terrenos, deputado Chico Vigilante, para juntar dinheiro e tentar um empréstimo. A cada dia, vem um absurdo, vem um escândalo novo, e agora mais este: ele acaba de renovar o contrato e aumenta, ainda mais, o valor do patrocínio. O pior é que o Flamengo quer renovar o contrato – ele está certo porque precisa de dinheiro –, mas não quer mais o nome do BRB na camiseta dele. O Flamengo quer que seja colocado o nome Banco Nação, um banco fictício criado pelo BRB.

Já que todos estão investigando esse caso – a Polícia Federal, o Banco Central, vários órgãos de fiscalização e o Tribunal de Contas –, já passou da hora de nós deputados também o investigarmos, pois esse é o nosso papel. Passou da hora, presidente, de abriremos a CPI na Câmara Legislativa para investigarmos todo esse esquema.

Como o banco pode renovar um contrato numa crise dessa? Parece que está tudo bem, parece que não aconteceu nada. Eu fico impressionado com o tanto de patrocínio que o BRB ainda deve estar renovando numa crise dessa. É um desrespeito com a população do Distrito Federal, com esta casa e com todo mundo.

Vou verificar com a minha assessoria jurídica o que podemos fazer a respeito.

Acho que a Câmara Legislativa também tinha que se manifestar no sentido de impedir que o BRB continue patrocinando não só o Flamengo, mas qualquer coisa. Como é que o banco, que busca recurso, busca dinheiro de venda de terrenos do povo do Distrito Federal, ainda vem, agora, renovar um contrato de R\$42 milhões? Os estádios do Distrito Federal estão caindo aos pedaços, há vários times sem nenhuma condição de disputar o campeonato, o futebol amador está abandonado. As outras modalidades de esporte estão precisando de apoio, e o BRB não ajuda praticamente em nada aqui no Distrito Federal, com muito pouco. No entanto, numa crise dessa, ele vai ajudar o Flamengo. Eu tenho certeza de que até o torcedor do Flamengo sabe que isso está errado nesse momento.

Temos que fazer alguma coisa. Vou ver o que é possível fazer para impedirmos que o BRB continue patrocinando o Flamengo diante dessa crise que estamos vivendo.

Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

O Projeto de Lei nº 2.233/2026, de autoria da Mesa Diretora, não recebeu parecer das comissões. A CCJ deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, pelo que estou entendendo, é melhor eu pedir a retirada de pauta do projeto momentaneamente, porque estamos aguardando uma emenda. Vamos aguardar a emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Ok, obrigado, deputado.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.229/2026, de autoria do

Tribunal de Contas do Distrito Federal, que "Altera a estrutura de funções de confiança no Tribunal de Contas do Distrito Federal, dispõe sobre os vencimentos dos cargos efetivos, dos cargos de natureza especial, dos cargos em comissão e das funções de confiança dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências".

A proposição não recebeu o parecer das comissões. A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 2.229/2026, de autoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que "Altera a estrutura de funções de confiança no Tribunal de Contas do Distrito Federal, dispõe sobre os vencimentos dos cargos efetivos, dos cargos de natureza especial, dos cargos em comissão e das funções de confiança dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências".

Somos pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 2.229/2026, de autoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que "Altera a estrutura de funções de confiança no Tribunal de Contas do Distrito Federal, dispõe sobre os vencimentos dos cargos efetivos, dos cargos de natureza especial, dos cargos em comissão e das funções de confiança dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências".

O parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Em discussão os pareceres.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foram aprovados com a presença de 15 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.229/2026.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 15 deputados.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.233/2026, de autoria da Mesa Diretora, que "Dispõe sobre as tabelas de remuneração do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, altera dispositivos da Lei nº 4.342, de 22 de junho de 2009, e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CCJ deverá se manifestar sobre o projeto e a emenda apresentada.

Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 2.233/2026, de autoria da Mesa Diretora, que "Dispõe sobre as tabelas de remuneração do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, altera dispositivos da Lei nº 4.342, de 22 de junho de 2009, e dá outras providências".

Presidente, com relação ao Projeto de Lei nº 2.233/2026, o parecer é pela admissibilidade do projeto de lei e da emenda apresentada. É uma única emenda, e ela está admitida.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 16 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.233/2026.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto de lei que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 16 deputados.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.132/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.735, de 22 de julho de 2025, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões. Foram apresentadas 3 emendas.

A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto e as emendas.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, aproveitando que os líderes já estão aqui e que há quórum, peço a vossa excelência que faça a consulta para apreciarmos o projeto do IFA para os agentes comunitários de saúde e os agentes de vigilância ambiental.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acolho a solicitação de vossa excelência.

Solicito que seja feita a consulta antes de passarmos à leitura do próximo item.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, enquanto o deputado se prepara para apresentar o parecer, eu gostaria de dar uma explicação aos deputados, antes que seja realizada a consulta sobre o IFA, porque algumas pessoas estão falando que o projeto é inconstitucional por ter vício de origem.

Ora, esse projeto que nós estamos apresentando nem é autorizativo, ele apenas traz a redação da lei federal que já existe. Há o exemplo de uma lei que nós fizemos aqui em Brasília, sobre a prescrição do enfermeiro. Falaram que isso não era competência do deputado. A lei foi parar no STF, que a considerou constitucional. Eu apenas havia feito uma transcrição da lei federal. A mesma coisa estou fazendo agora, com este projeto.

Inclusive, eu queria parabenizar os servidores da Câmara Legislativa que recorreram ao STF e agradecer-lhes, pois a lei foi julgada constitucional.

Com essa lei sobre o IFA, eu estou fazendo a mesma coisa. Eu estou transcrevendo para o Distrito Federal uma lei federal que já existe. É direito deles ter esse repasse, que já veio para o Distrito Federal.

Então, digo aos deputados que estão com dúvida quanto à constitucionalidade do projeto que ele é constitucional. Vamos votá-lo, porque já faz anos que eles estão aguardando essa votação.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Jorge Vianna.

Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 2.132/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.735, de 22 de julho de 2025, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências".

O PL propõe alterações à LDO de 2026 para incluir novas ações orçamentárias destinadas à ampliação da capacidade prisional e à viabilização da construção de penitenciária no Distrito Federal. Além disso, autoriza a realização do concurso público para provimento de uma vaga de auditor no Tribunal de Contas do Distrito Federal. O PL também prevê a concessão de isenção do IPVA para veículos de pessoas portadoras da síndrome de Down, bem como a isenção da TLP para os cidadãos com mais de 60 e menos de 65 anos.

Foram apresentadas emendas ao projeto. A Emenda nº 1 foi acatada. A Emenda nº 2 foi acatada. A Emenda nº 3 foi cancelada. A Emenda nº 4 foi rejeitada e a Emenda nº 5 também, por não haver, sobre essas 2 emendas, consenso na casa.

No âmbito desta comissão, manifestamos voto pela admissibilidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2 e rejeição das Emendas nºs 4 e 5.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei 2.132/2026 em primeiro turno.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O projeto está aprovado com a presença de 17 deputados.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Resolução nº 80/2026, de autoria da Mesa Diretora, que "Altera a Resolução nº 337, de 2023, e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CCJ deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Resolução nº 80/2026, de autoria da Mesa Diretora, que "Altera a Resolução nº 337, de 2023, e dá outras providências".

O processo não encontra óbices constitucionais, legais, regimentais, de modo que o parecer da CCJ é pela admissibilidade.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Resolução nº 80/2026.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 17 deputados.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Resolução nº 81/2026, de autoria da Mesa Diretora, que "Fixa o valor de auxílio-alimentação e de auxílio-creche devidos aos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal".

A proposição não recebeu o parecer das comissões. A CCJ deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Resolução nº 81/2026, de autoria da Mesa Diretora, que "Fixa o valor de auxílio-alimentação e de auxílio-creche devidos aos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal".

O parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Em discussão o Projeto de Resolução nº 81/2026, em primeiro turno.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 17 deputados.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.237/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 6.374, de 12 de setembro de 2019, que "institui o serviço voluntário vinculado à carreira Execução Penal do Distrito Federal e dá outras providências".

A proposição não recebeu o parecer das comissões. A Comissão de Segurança, a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da Comissão de Segurança, deputado João Cardoso, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado João Cardoso, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Segurança ao Projeto de Lei nº 2.237/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 6.374, de 12 de setembro de 2019, que "institui o serviço voluntário vinculado à carreira Execução Penal do Distrito Federal e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Segurança, somos favoráveis à aprovação da matéria.

É o voto, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputado Rogério Morro da Cruz, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Rogério Morro da Cruz, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para apresentar parecer.) – Parecer da CAS ao Projeto de Lei nº 2.237/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 6.374, de 12 de setembro de 2019, que "institui o serviço voluntário vinculado à carreira Execução Penal do Distrito Federal e dá outras providências"".

Submete-se a exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei nº 2.237/2026.

Considerando que a proposição observa as exigências formais e materiais, no âmbito desta comissão, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.237/2026.

É o voto, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.237/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 6.374, de 12 de setembro de 2019, que "institui o serviço voluntário vinculado à carreira Execução Penal do Distrito Federal e dá outras providências"".

No âmbito desta comissão, o parecer é pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL.) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Antes de proferir o parecer, presidente, se vossa excelência me permite, gostaria de parabenizar o pessoal da Polícia Penal presente nesta sessão. E, mais uma vez, gostaria de ressaltar o importantíssimo trabalho das forças de segurança do Distrito Federal.

Tudo o que as forças de segurança fazem repercute diretamente na vida do cidadão. O trabalho dessas pessoas é louvável, e entendo que o Estado deve existir, primordialmente, para garantir a vida, a liberdade e a propriedade privada das pessoas. As forças de segurança, todos os dias, estão a proteger a vida, a liberdade e a propriedade privada; portanto, são dignas de aplausos e louvor. (Palmas.)

Passo ao parecer.

Parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 2.237/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 6.374, de 12 de setembro de 2019, que "institui o serviço voluntário vinculado à carreira Execução Penal do Distrito Federal e dá outras providências"".

Não havendo vício de qualquer ordem no projeto apresentado, o parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres em bloco.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Os pareceres foram aprovados com a presença de 19 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 2.237/2026, em primeiro turno.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Projeto está aprovado com a presença de 19 deputados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.236/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 6.419, de 10 de dezembro de 2019, que "institui o serviço voluntário dos agentes e especialistas socioeducativos integrantes da carreira Socioeducativa do Distrito Federal e dá outras providências"".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CAS, CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da CAS, deputado Rogério Morro da Cruz, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Rogério Morro da Cruz, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 2.236/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 6.419, de 10 de dezembro de 2019, que "institui o serviço voluntário dos agentes e especialistas socioeducativos integrantes da carreira Socioeducativa do Distrito Federal e dá outras providências"".

Presidente, no âmbito desta comissão, somos pela aprovação do projeto de lei.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.236/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 6.419, de 10 de dezembro de 2019, que "institui o serviço voluntário dos agentes e especialistas socioeducativos integrantes da carreira Socioeducativa do Distrito Federal e dá outras providências"".

O parecer é pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao vice-presidente da CCJ, deputado Chico Vigilante, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para apresentar parecer.) – Parecer ao Projeto de Lei nº 2.236/2026, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 6.419, de 10 de dezembro de 2019, que “institui o serviço voluntário dos agentes e especialistas socioeducativos integrantes da carreira Socioeducativa do Distrito Federal e dá outras providências””.

Art. 1º A Lei nº 6.419, de 10 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 3º A indenização pelo serviço voluntário de que trata esta lei é de R\$95,00 por hora de serviço remunerado, a ser realizado em turnos e escalas de revezamento.”

O nosso parecer é pela admissibilidade do projeto, tendo em vista que não possui inconstitucionalidade. Portanto, é admissível, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres em bloco.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foram aprovados com a presença de 19 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.236/2026.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 19 deputados.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.234/2026, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 5.195, de 26 de setembro de 2013, que “dispõe sobre a carreira Planejamento e Gestão Urbana e Regional do Distrito Federal e dá outras providências””.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, gostaria de registrar, muito rapidamente, a presença do Sindicato dos Professores da Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes, a UnDF. Eles estão em greve – tanto os professores quanto os estudantes da Universidade do Distrito Federal – para serem ouvidos. Vossa excelência e muitos parlamentares que estão aqui sabem que a gestão que hoje está à frente da UnDF tem sido absolutamente autoritária e inflexível no diálogo com os professores e com a comunidade universitária.

Quando aprovamos, nesta casa, a fundação da Universidade do Distrito Federal, o nosso intuito era que fosse uma universidade realmente democrática, como é a vocação das universidades públicas brasileiras. Mas, infelizmente, há uma postura de autoritarismo inaceitável na condução dessa universidade em seus processos internos, como a possível transferência de *campus*, que sequer foi discutida com a comunidade.

É preciso escutar a comunidade acadêmica, valorizar seus professores com uma reestruturação que garanta condições salariais adequadas e melhorar a Universidade do Distrito

Federal. Deixo aqui o meu apoio, e sei que muitos parlamentares desta casa apoiam essa categoria. É inaceitável que deixemos essa categoria e essa universidade nas condições em que estão hoje e sob a gestão que está colocada.

Fica aqui o meu apoio aos professores da universidade e aos estudantes. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Solidarizo-me com vossa excelência, pois essa discussão não é nova, não é de agora, e nós temos pedido providências. É importante darmos a devida atenção a esses professores, ao corpo docente, inclusive aos próprios alunos que estiveram aqui, deputado Gabriel Magno, algumas vezes reclamando. Se todos estão reclamando, alguma coisa está errada – na verdade, tudo. Então, precisamos, de fato, discutir isso e, mais uma vez, eu me comprometo, junto com vossa excelência, a discutir esse assunto, respeitando os direitos desses professores. (Palmas.)

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CAS, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da CAS, deputado Rogério Morro da Cruz, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Rogério Morro da Cruz, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para apresentar parecer.) – Parecer da CAS ao Projeto de Lei nº 2.234/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 5.195, de 26 de setembro de 2013, que "dispõe sobre a carreira Planejamento e Gestão Urbana e Regional do Distrito Federal e dá outras providências"".

No âmbito desta comissão, manifestamo-nos pela aprovação.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.234/2026, que "Altera a Lei nº 5.195, de 26 de setembro de 2013, que "dispõe sobre a carreira Planejamento e Gestão Urbana e Regional do Distrito Federal e dá outras providências"".

O projeto de lei consiste na modificação da nomenclatura dos cargos que compõem a carreira, bem como na alteração do requisito de escolaridade para ingresso no cargo de técnico de planejamento urbano e infraestrutura.

A proposta está acompanhada de declaração da Secretaria de Estado de Economia informando que a medida não gera impacto orçamentário-financeiro para os cofres públicos do Distrito Federal, razão pela qual manifestamos voto pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 2.234/2026.

Este é o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Chico Vigilante, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Chico

Vigilante, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2.234/2026, que “Altera a Lei nº 5.195, de 26 de setembro de 2013, que “dispõe sobre a carreira Planejamento e Gestão Urbana e Regional do Distrito Federal e dá outras providências””.

Art. 1º – A Lei nº 5.195, de 26 de setembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – A ementa passa a vigorar com a seguinte redação:

“Dispõe sobre a carreira Planejamento Urbano e Infraestrutura do Distrito Federal e dá outras providências.”

II – Os arts. 1º, 2º, 5º e 6º passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º A carreira Planejamento e Gestão Urbana do Distrito Federal, criada pela Lei nº 4.463, de 13 de janeiro de 2010, passa a denominar-se carreira Planejamento Urbano e Infraestrutura do Distrito Federal, nos termos do art. 1º da Lei nº 6.448, de 23 de setembro de 2019.”

“Art. 2º A carreira de que trata esta Lei é composta pelos cargos de Analista-Especialista de Planejamento Urbano e Infraestrutura e Analista-Técnico de Planejamento Urbano e Infraestrutura, organizada em classes e padrões, nos quantitativos descritos abaixo:

I – Analista-Especialista de Planejamento Urbano e Infraestrutura: 600 cargos;

II – Analista-Técnico de Planejamento Urbano e Infraestrutura: 500 cargos.”

“Art. 5º – Exige-se para ingresso no cargo de Analista-Especialista de Planejamento Urbano e Infraestrutura diploma de curso superior ou habilitação legal equivalente fornecido por instituição de ensino devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação, nas áreas indicadas no edital normativo do concurso, e registro em conselho de classe, quando necessário.

Parágrafo Único. Será exigida especialização, mediante apresentação de certificado de pós-graduação lato sensu, quando se tratar de registro para o exercício do cargo.”

Analisando sob a ótica da admissibilidade e da constitucionalidade, o projeto merece continuar tramitando nesta Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, o nosso voto é pela constitucionalidade do projeto, senhor presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres em bloco.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Os pareceres foram aprovados com a presença de 19 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 2.234/2026, em primeiro turno.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto de lei que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O projeto foi aprovado com a presença de 19 deputados.

Registro e agradeço a presença do amigo e presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Distrito Federal, doutor Amarildo. Ele está muito bem acompanhado pelo diretor de

planejamento do Metrô, doutor João Claro.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, solicito a votação da Moção nº 1.863/2026, que faz referência ao aniversário de Ceilândia. Eu gostaria que essa moção fosse aprovada hoje. Ela já está na pauta. Solicito que vossa excelência a inclua nas votações de hoje, por favor.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Max Maciel, a ideia é votar todas as moções em bloco, mas já deixo o compromisso de acolher a solicitação de vossa excelência.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, solicito a votação em segundo turno do Requerimento nº 2.886/2026, que transforma a sessão do dia 9 de abril, quinta-feira, em comissão geral.

Estamos incluindo no sistema moções de uma sessão solene de nossa autoria, em homenagem a professores e professoras, na próxima sexta-feira. Solicito que elas entrem nesse bloco de votações.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acolho a solicitação de vossa excelência. As matérias serão votadas ainda hoje, conforme acordo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, eu gostaria de desfazer uma falácia que tem surgido nesta cidade, segundo a qual o governo federal quer federalizar o Banco de Brasília.

Acaba de entrar uma matéria no Metrô. A Caixa Econômica Federal, ao dar resposta a um requerimento do ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União, diz o seguinte:

“Assim como o Banco do Brasil, a Caixa afirmou ao TCU que não tem interesse em federalizar o BRB, ou seja, em assumir o controle dele. A medida, considerada de risco tanto financeiro quanto político, surgiu como uma possível alternativa de socorro diante do rombo bilionário causado por operações fracassadas com o Banco Master, de Daniel Vorcaro. Se fosse concretizada, a transação transferiria o prejuízo para a União.”

Por isso, a União não quer a federalização do Banco de Brasília. É importante que isso fique claro.

Esse documento, divulgado pelo Metrô em primeira mão e saído do gabinete do ministro Bruno, é exatamente aquilo que já sabíamos: o governo federal não tem interesse na federalização do Banco de Brasília.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, vossa excelência pode incluir o Projeto de Lei nº 2.226/2026, sobre crédito do Iprev, e o Projeto de Lei Complementar nº 9.626/2026, que cria o fundo do sistema penitenciário, do qual vossa excelência já tem ciência.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Não há questionamento de minha parte, acolho a solicitação de vossa excelência e incluo, como itens extrapauta, os projetos mencionados.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, solicito a consulta aos líderes.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Neste momento, solicito aos líderes que se manifestem sobre a ...

O projeto já está na pauta. Na reunião do Colégio de Líderes de ontem, solicitaram que o projeto fosse retirado de pauta, pois há questionamento de constitucionalidade. Questiono os líderes se existe alguma dificuldade em apreciarmos o projeto solicitado pelo deputado Jorge Vianna. Algum líder é contrário a isso?

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Senhor presidente, vossa excelência se lembra da discussão que fizemos ontem. O que discutimos na reunião do Colégio de Líderes é que projeto autorizativo não obriga o governo a cumprir. Essa foi a colocação que fizemos.

Portanto, nós sugerimos, e houve unanimidade dos líderes presentes, que nós nos reportássemos ao Governo do Distrito Federal e solicitássemos o encaminhamento de um projeto do Executivo ainda hoje, para que votemos com a certeza de que estaríamos resolvendo o problema desses trabalhadores.

O projeto autorizativo cria uma expectativa que depois pode não se concretizar, o que é muito ruim para a imagem da Câmara Legislativa e para o bolso dos trabalhadores. Foi isso que colocamos.

Agora, se quiserem votar, nós não temos objeção. Apenas que fique claro que isso não vai resolver.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (Bloco União Democrático. Como líder.) – Presidente, apenas para esclarecer ao deputado Chico Vigilante que a palavra "autorizativo" não consta em nenhum momento do projeto. Não se trata de um projeto autorizativo, pois não cabe a nós autorizar o governo. O projeto limita-se a reproduzir e acolher o que já está previsto na legislação federal. Cito o mesmo exemplo da prescrição do enfermeiro. Eu apenas acolhi uma lei federal, transcrevi-a para uma lei estadual, e ela foi considerada constitucional no Supremo Tribunal Federal. Portanto, é a mesma lógica, é o mesmo princípio.

Vamos realizar a votação, pois é um projeto de deputado, assim como os demais deputados apresentam projetos. A constitucionalidade será discutida no órgão competente, no Judiciário, não na Câmara Legislativa. Não estamos aqui para discutir constitucionalidade.

Peço que os líderes a aprovem, porque há 2 semanas eu tentei e não foi possível por falta de quórum. Acho que hoje é o momento de darmos uma resposta, já que estamos fazendo tantas votações para os colegas servidores. Por que não ajudar essas categorias, Avas e ACS? Então, líderes, por gentileza, vamos aprovar e encerrar essa história.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Jorge Vianna.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Presidente, nós fazemos gosto de votar projetos para os servidores públicos, principalmente da saúde, porque conhecemos de perto o trabalho do dia a dia. Com certeza, os ACS e os Avas merecem, inclusive, o cumprimento da lei dos 2 salários mínimos no contracheque, o que ainda não ocorre.

A nossa grande preocupação foi a trazida pelo deputado Chico Vigilante. Apesar de esta casa

não ser o espaço final de controle de constitucionalidade – não acho essa afirmativa correta –, nós entendemos os limites do que podemos ou não fazer. O receio é criar uma expectativa.

Vamos votar, mas também acho importante fazermos um gesto solicitando ao governo que encaminhe o projeto, para conferir mais solidez a essa discussão. Inclusive, houve uma dúvida grande, provocada pelo próprio sindicato. Nós pedimos um parecer da Conlegis, que aponta a existência de inconstitucionalidade por vício de iniciativa.

O nosso medo é criar uma expectativa que depois seja frustrada. Nós podemos nos unir e solicitar que o governo encaminhe o projeto. Mas, se for para votar, estamos à disposição e veremos se não haverá problemas adiante.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Diante das exposições, consulto novamente os líderes sobre a existência de algum questionamento ou manifestação contrária à inclusão, na ordem do dia de hoje, da votação do projeto de lei solicitado pelo deputado Jorge Vianna.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Presidente, é preciso que fique claro que tanto eu quanto a deputada Dayse Amarílio não somos contrários à inclusão. Nós apenas afirmamos que isso não vai resolver. Só isso. Pode incluir, mas não vai resolver.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Perfeito. O pedido do deputado Jorge Vianna é para inclusão do projeto. Para isso, eu preciso da autorização do Colégio de Líderes, porque, na reunião de ontem, diante da discussão sobre constitucionalidade, foi solicitado que o projeto não fosse votado e que fosse feita uma indicação ao Poder Executivo para o envio de projeto de lei. Esse foi o questionamento.

Pergunto aos deputados se, diante do pedido do deputado Jorge Vianna, nós podemos votar o projeto.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, para manter a tranquilidade, que votemos o projeto. Enquanto isso, eu, que estou na base do governo, conversei com o governo e com a procuradoria, porque, havendo indícios de que o projeto será acolhido, o governo encaminhará.

Eu não vou esperar que se faça uma indicação para passar ainda por comissão, sendo que o projeto já está pronto para votação. Isso, no mínimo, demonstra que não querem resolver o problema agora. Por mais que se diga que querem votar, acho que há um pouco de má vontade em relação a esse projeto, porque ele já existe e está nesta casa há muito tempo para ser apreciado.

Outro ponto: o projeto de deputado é responsabilidade do deputado. Se eu apresentar um projeto e, se por acaso, ele não der certo, a responsabilidade é minha perante a categoria com qual me comprometi. Eu não discuto se o deputado apresentou um projeto que pode ser inconstitucional.

Enfim, a categoria está acompanhando e saberá identificar quem está ajudando ou não.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, eu gostaria de falar como líder.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Quero deixar claro que não há má vontade, pelo contrário. O que não podemos fazer é brincar com as expectativas das pessoas,

brincar com a vida das pessoas. Houve um problema sério relacionado a isso, com o pessoal do Pasus, que precisou recorrer à justiça para não ter que devolver uma gratificação, em razão de um projeto apresentado por um deputado. O que não podemos fazer, especialmente em ano eleitoral, é "jogar para a galera". Essa é a questão do compromisso.

Agora, se há tanta preocupação em resolver o problema da categoria, e se havia a avaliação de que o projeto poderia ser inconstitucional, então deveria ter havido diálogo com o governo. Estamos aqui para votar e entregar resultados à população, não para brincar com as expectativas das pessoas.

Se há uma base de governo nesta casa, com acesso direto ao Executivo, que utilize esse canal para resolver o problema dos servidores – essa é a forma mais adequada. Que o projeto venha do Executivo e seja resolvido o problema.

Portanto, deixo claro que nem eu nem o deputado Chico Vigilante estamos contra a categoria, como se tentou sugerir aqui nesta tarde.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, eu e o deputado Jorge Vianna sempre lutamos pela categoria nesta casa. Somos, inclusive, os que mais entregam resultados na área da saúde.

Quero, inclusive, parabenizar vossa excelência, deputado Jorge Vianna, pela nomeação, que ocorrerá amanhã, de 1.154 auxiliares, técnicos e enfermeiros, profissionais da saúde. Portanto, sou favorável à votação, porque a responsabilidade pelo projeto é do deputado que o apresentou. Se houver inconstitucionalidade, a responsabilidade será dele.

Respeitando a fala do deputado Chico Vigilante, enquanto muitos apenas discursam, vossa excelência entrega resultados. Você entregou resultados para a área da saúde todos esses anos, aqui neste plenário, lutando pelos profissionais de saúde. Eu não sou da área de saúde, mas reconheço o tamanho do trabalho que vossa excelência realizou.

Parabéns pela nomeação. Enquanto muitos falam, o senhor realiza.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Hermeto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, primeiro é preciso deixar claro – vossa excelência me conhece – que sempre me posicionei ao lado dos trabalhadores. Portanto, não estamos contra! O que falamos naquela sala de reuniões, falamos também no plenário.

Vossa excelência se lembra da maneira como a Câmara Legislativa foi envolvida em um processo que não era de sua responsabilidade, relacionado ao Pasus. Houve o aumento de uma gratificação de R\$3 mil para R\$5 mil; o projeto foi vetado, e nós derrubamos o veto – todos nesta casa participaram.

Posteriormente, foram à justiça questionar sobre a constitucionalidade. A justiça declarou a inconstitucionalidade da lei e, inclusive, obtivemos um resultado positivo, porque ela poderia ter determinado a devolução dos valores pagos. E vossa excelência sabe disso. Foi vossa excelência – e posso revelar isso agora – quem negociou junto ao tribunal para que os servidores não precisassem devolver os valores recebidos. Foi vossa excelência quem intercedeu para evitar essa devolução. E, desde então, os servidores voltaram a receber valores reduzidos – de R\$5 mil para cerca de R\$2 mil.

Portanto, para mim, não há problema algum em votar. Repito: não há problema algum em votar. Mas é preciso dizer aos trabalhadores que isso não resolverá o problema deles. O caminho correto é o que propusemos ontem: que vossa excelência dialogue com o Governo do Distrito Federal para que encaminhe o projeto do Executivo, corrigindo essa injustiça. Foi isso que

propusemos ontem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, eu vou votar. Certamente votarei. Realmente, entendo que o melhor caminho seria esse que já foi apontado.

A própria categoria nos procurou no gabinete e demonstrou preocupação. Disseram: “Deputada, há risco de esse projeto ser vetado?” Eu respondi que não tinha certeza e que pediria um estudo para avaliar a situação. Encaminhei, inclusive, o estudo da Conlegis ao grupo dos deputados.

Nossa preocupação é justamente evitar a criação de uma expectativa que poderá ser frustrada. Isso é muito ruim para os trabalhadores, fica ruim para esta casa também. O que nós estamos falando é que nós não nos opomos, pelo contrário. Se existe uma força da base para conseguir que esse projeto chegue aqui hoje, nós estamos aqui para votar. E nós vamos votar sempre a favor dos trabalhadores, principalmente dessa categoria, que merece tanto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Peço um favor aos deputados. Nós estamos numa discussão que, pelo jeito, é polêmica. Se os deputados concordarem, nós vamos votar. Já foram feitas as devidas ressalvas com relação ao sentimento de cada um dos deputados. O deputado Jorge Vianna fez a defesa do seu projeto, dos seus efeitos, e os outros deputados que não concordam já fizeram as suas observações.

Então, não havendo óbice por parte dos líderes, incluo na pauta para que seja votado o projeto de lei solicitado pelo deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Deputado Chico Vigilante, eu fiquei com uma dúvida agora. Vossa excelência acabou de citar o caso do aumento da gratificação do Pasus. Obviamente, não é o mesmo caso. O governo vetou por ser inconstitucional, mas o senhor falou – acabou de confirmar – que o senhor derrubou o veto. Então, vossa excelência sabia que era inconstitucional e, mesmo assim, derrubou o veto?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Não, mas derrubou o veto. Então, como é que um deputado derruba um veto sabendo que o projeto é inconstitucional e agora está dizendo que não quer...

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Jorge Vianna, nós já chegamos a um entendimento.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Só para deixar claro que, aqui nesta casa, nós votamos, muitas vezes, um projeto que nós sabemos que é inconstitucional, mas não é o caso desse projeto.

Então, não pode haver 2 pesos e 2 medidas, deputado Chico Vigilante. Com todo o respeito, isso já aconteceu e acontece com todos nós. Só quero deixar isso claro.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Jorge Vianna.

Quero agradecer a presença do Reynaldo, presidente da Agepol-DF, Associação Geral dos Servidores da Polícia Civil do Distrito Federal; do Lousane, amigo nosso; e dos policiais que acompanham a votação do serviço voluntário, que vai acontecer daqui a pouco.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, tem que ficar claro, nesta casa, que não existe esse ou aquele mais ou menos defensor de servidor. Eu estou nessa batalha desde 1979, sempre me posicionando ao lado dos trabalhadores.

Existem outros deputados que não ficam o tempo todo dizendo que defendem servidor, mas votam a favor dos servidores, até porque um sozinho não consegue aprovar nada. A maioria dos projetos tem que ter, no mínimo, 13 votos favoráveis. A única coisa que nós estamos alertando é que o projeto não vai resolver o problema desses trabalhadores, que têm a expectativa de que ele o resolva.

No entanto, vamos votar mesmo sabendo que não vai resolver.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Quero registrar e agradecer a presença da nossa presidente da Sindafis, a Christiane, nossa amiga. É um prazer você estar conosco, representando o sindicato.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL) – Presidente, trago uma boa notícia para todos nós, principalmente para as forças de segurança, os bombeiros e policiais militares.

Nós recebemos a notícia de que acaba de ser aprovado o relatório do deputado federal Rafael Prudente, relator da Medida Provisória nº 1.326/2025, que trata da nossa recomposição salarial. Na oportunidade, o deputado federal Rafael Prudente apresentou uma série de emendas em seu relatório, emendas essas que resolvem uma série de demandas das nossas corporações.

Agradeço ao deputado federal Rafael Prudente, porque todas essas emendas foram apresentadas a partir da construção feita por nós, que levamos essas demandas de forma técnica para que ele as incluísse no seu relatório. E são elas que foram aprovadas agora.

Uma delas é a inclusão do posto acima na lei que dispõe sobre a promoção dos bombeiros e policiais militares, uma demanda antiga nossa, que permite que o bombeiro ou o policial militar, no momento da passagem para a reserva, tenha direito a mais uma promoção. Essa demanda tem o objetivo de corrigir distorções históricas das nossas corporações, que foram injustas no que diz respeito à lei de promoção.

Outra, muito importante, é a inclusão do Colégio Militar Dom Pedro II na estrutura do CBM-DF. Essa também é uma demanda antiga. O Colégio Militar Dom Pedro II e o Colégio Militar Tiradentes são os 2 grandes orgulhos de Brasília. O Colégio Militar Tiradentes tem uma particularidade na legislação que permite que a Polícia Militar coloque orçamento próprio para ele; no dos bombeiros, ficou essa demanda. E agora, com a sugestão nossa, o deputado federal Rafael Prudente, por uma demanda de todos os pais, faz essa inclusão. Esperamos que dê tudo certo.

Outra questão importante que está no relatório aprovado do deputado federal Rafael Prudente é a solução para o limite dos 5% para os militares agregados. Graças a Deus, os nossos militares são requisitados nos diversos órgãos. É importante essa interlocução.

A atualização das atribuições do CBM-DF na nossa Lei Orgânica é outra demanda importante.

Então, quero dar os parabéns ao nosso deputado federal Rafael Prudente, sempre um amigo das Forças de Segurança, em especial dos bombeiros e policiais militares, e dar os parabéns também a todos os militares por esse ganho.

Agora o projeto vai ao plenário da Câmara dos Deputados, em votação, depois vai ser votado no Senado Federal e segue para a sanção do presidente da República. É importante ressaltar

que nós temos até o dia 7 de abril para que o presidente sancione essa MP e, conseqüentemente, essas emendas.

Então, mando um grande abraço ao deputado federal Rafael Prudente e, mais uma vez, obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Roosevelt Vilela.

De igual modo, quero também agradecer ao deputado federal Rafael Prudente, ex-presidente desta casa, que, graças a Deus, é o relator da medida provisória e, com a acessibilidade e conhecimento que ele tem no DF, conseguiu incluir tudo aquilo que era de interesse das Forças de Segurança.

Parabéns, deputado Roosevelt Vilela, pela interlocução. Parabéns, deputado Hermeto. Nós, por intermédio das entidades de classe, fizemos esse trabalho extremamente importante.

Então, quero parabenizar aqui o nosso deputado federal Rafael Prudente, do MDB.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, nós reconhecemos o trabalho feito pelo deputado federal Rafael Prudente, mas eu acho importante pontuarmos que também se juntaram a essa luta a senadora Leila e a deputada federal Erika Kokay. Inclusive, há uma emenda colocando o pessoal da Polícia Penal no Fundo Constitucional do Distrito Federal. Portanto, a partir de agora, uma vez aprovada, eles também estarão dentro.

O mais importante de tudo é que essa medida provisória encaminhada pelo governo do presidente Lula é mais uma demonstração de que as Forças de Segurança do Distrito Federal e dos territórios que viraram estado só têm aumento em governo de esquerda. Governo de direita nunca deu absolutamente nada para esses trabalhadores. Vossa Excelência é testemunha disso.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Sou, sim, deputado. Obrigado, deputado Chico Vigilante. De fato, eu reconheço isso. Como presidente do Sindicato dos Policiais Cívicos, tive a oportunidade de discutir com o presidente Lula, de forma direta, e tivemos os nossos reajustes concedidos.

De igual modo, nesse governo em 2023, obtivemos um reajuste. Agora, ao final, mesmo que não tenha sido exatamente do jeito que esperávamos, foi, sem dúvida nenhuma, um reajuste diferenciado e que concedeu a nós servidores da segurança pública um outro patamar.

Então, muito obrigado pela lembrança.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.239/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, que "dispõe sobre os Conselhos Tutelares do Distrito Federal e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CAS, CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da CAS, deputado Rogério Morro da Cruz, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Rogério Morro da Cruz, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para apresentar parecer.) – Parecer da CAS ao Projeto de Lei nº 2.239/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, que "dispõe sobre os Conselhos Tutelares do Distrito Federal e dá outras

providências””.

Presidente, no âmbito desta comissão, somos pela aprovação do projeto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito à relatora da CEOF, deputada Jaqueline Silva, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 2.239/2026, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, que “dispõe sobre os Conselhos Tutelares do Distrito Federal e dá outras providências””.

Presidente, antes de fazer o parecer, primeiro eu quero agradecer ao meu presidente, deputado Eduardo Pedrosa, que me deu a oportunidade de fazer esta relatoria. Em segundo lugar, quero aproveitar a oportunidade para parabenizar os nossos conselheiros tutelares. Eu falei há pouco com a assessoria que nós hoje estamos fazendo justiça, cuidando de 220 conselheiros no Distrito Federal, dando a eles um reajuste mais que necessário. Era uma obrigação nossa.

Parabenizo o governo, mas quero reforçar que esse foi um pedido do nosso gabinete. Já tivemos a oportunidade de realizar várias reuniões, conseguimos fazer uma ampliação à época, com um valor que foi estabelecido, mas hoje estamos, de fato, entregando aos nossos conselheiros tutelares do Distrito Federal o CNE-5, algo que eles estavam pleiteando há muito tempo. Enfim, agradeço.

No âmbito da CEOF, nosso parecer é pela admissibilidade e aprovação do Projeto de Lei nº 2.239/2026.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator da CCJ, deputado Chico Vigilante, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 2.239/2026, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, que “dispõe sobre os Conselhos Tutelares do Distrito Federal e dá outras providências””.

Presidente, o parecer técnico conclui que o Projeto de Lei nº 2.239/2026 é admissível, pois está de acordo com a Constituição federal e com a Lei Orgânica do Distrito Federal, não apresentando inconstitucionalidades ou ilegalidades. O projeto que trata de alterações na lei do Conselho Tutelar está dentro das competências do Distrito Federal.

Eu estive acompanhando a associação dos conselheiros, algumas vezes, para conversarmos com o secretário Gustavo Rocha e com a secretária Marcela Passamani. Portanto, é importante reconhecer o trabalho deles na alteração dessa lei.

O projeto é constitucional.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante, inclusive pela sensibilidade.

Em discussão os pareceres em bloco.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foram aprovados com a presença de 17 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 2.239/2026, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para discutir.) – Presidente, eu ouvi o deputado Chico

Vigilante enaltecendo o trabalho do doutor Gustavo, secretário da Casa Civil, e da senhora Marcela Passamani, secretária de Justiça. Eu gostaria de mencioná-los também, porque sabemos o quanto esse projeto demorou e o quanto foi necessário que eles atuassem para que os conselheiros tutelares pudessem receber esse aumento.

Gostaria também de mencionar e parabenizar o deputado Eduardo Pedrosa, que, no final do ano passado, junto comigo, apresentou emenda à lei orçamentária que possibilitou a concessão desse aumento. O deputado Eduardo Pedrosa não está presente neste momento, possivelmente está em outra sala, mas desejo acrescentar que, além da participação do doutor Gustavo e da doutora Marcela, o deputado Eduardo Pedrosa também esteve conosco nesse processo.

Obrigado, presidente.

Meu voto é "sim" e registro essas observações.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 17 deputados.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.235/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 6.261, de 29 de janeiro de 2019, que "institui o serviço voluntário no âmbito da administração direta do Distrito Federal vinculado à Polícia Civil do Distrito Federal e dá outras providências"".

Quero registrar e agradecer a presença do delegado-geral da Polícia Civil, doutor José Werick, bem como de toda a direção da Polícia Civil do Distrito Federal. É um prazer recebê-los.

Registro também a presença do presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis, Enoque Venancio, e de toda a diretoria do sindicato. Obrigado, Enoque. É um prazer recebê-los nesta casa, em um dia tão importante.

Parabenizo o nosso diretor e as entidades de classe pela condução desse processo, iniciado no âmbito da Polícia Civil e conduzido de forma responsável, garantindo que chegássemos a este dia de hoje. Obrigado. Parabéns a todos.

A proposição não recebeu parecer das comissões. Foi apresentada uma emenda de plenário. A Comissão de Segurança, a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto e a emenda.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Informo ao pessoal do Detran-DF que eu e o deputado Eduardo Pedrosa estamos conversando com a Secretaria de Economia e com a Casa Civil. Entendemos que o Detran-DF precisa ser atendido, porque se trata de recursos próprios. Na nossa opinião, isso precisa...

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Há pouco, eu e o deputado Eduardo Pedrosa conversávamos com o secretário Daniel. Estamos tentando dar uma notícia a vocês ainda hoje, pois se trata de uma medida de justiça.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Parabéns às mulheres do Detran-DF.

Temos orgulho dos servidores e das servidoras desse importante departamento.

Solicito ao presidente da Comissão de Segurança, deputado João Cardoso, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado João Cardoso, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Segurança ao Projeto de Lei nº 2.235/2026, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 6.261, de 29 de janeiro de 2019, que “institui o serviço voluntário no âmbito da administração direta do Distrito Federal vinculado à Polícia Civil do Distrito Federal e dá outras providências”.

Foi apresentada a Emenda nº 1.

No âmbito da Comissão de Segurança, somos favoráveis à aprovação da matéria, também aprovando a Emenda nº 1.

É o parecer, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado João Cardoso, um amigo sempre sensível às causas da Polícia Civil.

Solicito ao presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputado Rogério Morro da Cruz, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Rogério Morro da Cruz, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 2.235/2026, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 6.261, de 29 de janeiro de 2019, que “institui o serviço voluntário no âmbito da administração direta do Distrito Federal vinculado à Polícia Civil do Distrito Federal e dá outras providências”.

Quero deixar um abraço a todos os policiais da 30ª DP, meus amigos pessoais, que têm feito um trabalho maravilhoso.

No âmbito desta comissão, somos pela aprovação do projeto de lei, com a Emenda nº 1.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz, pelo carinho e amizade com a nossa Polícia Civil. É sempre uma honra ter vossa excelência caminhando ao nosso lado.

Solicito ao relator da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

O deputado Eduardo Pedrosa é outro amigo da polícia, está sempre conosco. Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 2.235/2026, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 6.261, de 29 de janeiro de 2019, que “institui o serviço voluntário no âmbito da administração direta do Distrito Federal vinculado à Polícia Civil do Distrito Federal e dá outras providências”.

Presidente, o projeto de lei visa promover alterações na Lei nº 6.261, de 29 de janeiro de 2019, visando à majoração do valor devido a título de indenização pelo serviço voluntário prestado por ocupantes dos cargos que integram as carreiras da Polícia Civil do Distrito Federal em seu período de folga ou pela acumulação de atribuições em 2 ou mais unidades da instituição em razão de necessidade de serviço.

Foi apresentada emenda que visa estender a indenização a policiais militares.

Em nome desta comissão, manifesto o voto pela admissibilidade do projeto com a emenda apresentada ao parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Solicito ao relator da CCJ, deputado Chico Vigilante, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 2.235/2026, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 6.261, de 29 de janeiro de 2019, que “institui o serviço voluntário no âmbito da administração direta do Distrito Federal vinculado à Polícia Civil do Distrito Federal e dá outras providências””.

O nosso parecer é pela constitucionalidade do projeto com o acatamento da emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL) – Presidente, parabênizo o governador por reajustar a gratificação do serviço voluntário. Podem contar com o meu voto neste projeto, porque a Polícia Civil necessita dessa lei.

O deputado Hermeto apresentou uma emenda que permite que os policiais militares façam a gratificação do serviço voluntário na Casa Militar, e eu vou apresentar uma emenda de segundo turno, presidente, incluindo o Corpo de Bombeiros, para que possam ser contemplados tanto o Corpo de Bombeiros como a Polícia Militar.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Roosevelt Vilela.

Em discussão os pareceres.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir.) – Presidente, nós apresentamos essa emenda para corrigir uma injustiça. Os policiais militares que estão servindo na Casa Militar e na Secretaria de Segurança Pública não podem tirar o serviço voluntário. Essa era uma reivindicação antiga deles para que houvesse essa correção. Essa emenda visa corrigir essa distorção e acrescentar que, no caso dos policiais militares que estiverem na Casa Militar ou na Secretaria de Segurança, as contas do serviço voluntário serão pagas pelo órgão em que eles estão servindo, não sairá da Polícia Militar.

O deputado Roosevelt Vilela colocará uma emenda de plenário, de segundo turno, para o Corpo de Bombeiros também. Nós temos Corpo de Bombeiros na Casa Militar, na Secretaria de Segurança Pública e na Defesa Civil.

Esta é uma distorção que nós tínhamos há muito tempo: nem a Casa Militar nem a Secretaria de Segurança podiam tirar serviço voluntário. Agora os nossos policiais militares vão tirar serviço voluntário e quem vai pagar não é a Polícia Militar, é o órgão em que eles estão servindo no momento. Essa é uma distorção antiga que agora, graças a Deus, nós vamos corrigir.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Hermeto.

Lembro que as emendas do deputado Hermeto e do deputado Roosevelt Vilela em nada atrapalham ou prejudicam esse projeto. Não há preocupação com relação a isso. Essa emenda, inclusive, foi discutida entre nós. São emendas aditivas e, no mérito, não geram qualquer prejuízo à Polícia Civil. Quero deixar isso bem claro.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, é até estranho estarmos felizes ao falarmos de serviço voluntário e de hora extra. Isso porque o certo não seria haver hora extra ou serviço voluntário. O certo seria um salário melhor para que eles não tivessem que trabalhar além da sua carga horária. Porém, isso está se tornando um ato comum, e ajudou muito a segurança pública. Agora, nós temos que perguntar para o policial militar, para o policial civil, para os servidores do Detran e de tantos outros órgãos como está a cabeça deles com essa quantidade de trabalho.

Acho que isso é viável e possível, mas nós, como responsáveis por esses trabalhadores, temos que ter cuidado e não ficarmos felizes com o fato de haver tanto serviço voluntário e tanta hora extra. Eu queria ter sido um deputado da segurança pública e ter feito um concurso para a segurança pública, mas eu entrei na área da saúde. Nós estamos felizes, porque estamos aumentando o valor do salário dos voluntários da segurança pública, mas na saúde esse valor continua congelado há anos. Eu nem quero falar de valores, porque eu quero que os salários dos voluntários da segurança pública sejam os maiores possíveis. Porém, se compararmos com os da saúde, é uma vergonha o que um médico, um enfermeiro e um técnico de enfermagem ganham no chamado TPD.

Vou fazer um alerta. Hoje é dia de festa para a segurança pública, mas é um dia de tristeza para a saúde, porque ela não consegue aumentar o seu TPD ou sequer tirar o imposto de renda do TPD e do serviço voluntário, e nós ainda temos que brigar por isso. Porém, obviamente, eu sempre votarei a favor do que a categoria quiser. Se quiserem TPD ou serviço voluntário, eu vou estar com vocês.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado. Lembro a vossa excelência, deputado, que nós policiais civis, policiais militares e bombeiros militares estamos fazendo, inclusive, serviço voluntário, porque governos passados não cuidaram desta cidade, e o efetivo ficou defasado. Eu digo a vossa excelência, com toda a tranquilidade, que R\$95 é muito pouco para o risco a que esses policiais se submetem. Não é que nós estamos em festa; nós estamos apenas garantindo uma justiça que já deveria ter sido feita no passado. O que nós precisamos, no caso da saúde, é trabalhar para que também seja feito o que nós fizemos na segurança, garantindo aos nossos servidores da segurança aquilo que é deles de direito. Então, precisamos lembrar e enaltecer o trabalho desses homens e mulheres que têm como instrumento de trabalho, deputado Jorge Vianna, a própria vida. A única certeza que um policial tem quando ele sai de casa é a de que ele está saindo e pode ser que seja a última vez que ele está vendo seu filho ou sua esposa. Essa é a vida de um policial. Muitos aqui, como eu, já viram um colega morrer com um tiro na cabeça. Então, deputado, não imagine o que é ser um policial no Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL) – Deputado Jorge Vianna, eu gostaria de fazer uma ressalva na sua fala. A saúde é muito importante, a educação é muito importante, mas nós estamos dentro de um processo político, em que a representação é fundamental. Lamento a sua fala, lamento se a representação não está sendo feita de forma adequada, mas no Corpo de Bombeiros, na Polícia Militar e na Polícia Civil há uma representação de peso nas pessoas do deputado Wellington Luiz, do deputado Hermeto, deste deputado que vos fala e da deputada Doutora Jane.

Por isso, nós conseguimos a maior recomposição salarial da história e agora praticamente dobramos a gratificação de serviço voluntário. Eu atribuo esse ganho, presidente, à representação legislativa e a um governador que nos ouve e nos atende. Portanto, temos que ver essa questão de representação.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Roosevelt Vilela.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, quero acrescentar algo às palavras do meu colega deputado Roosevelt Vilela e falar ao meu amigo deputado Jorge Vianna.

O deputado Chico Vigilante falou de um tiroteio no Palácio do Buriti. Na época, eu era recruta da PM e isso aconteceu em 1990, se não me engano. Nessa época, a Polícia Civil e a Polícia Militar trocaram tiros na Praça do Buriti. Isso acontecia, deputado Jorge Vianna, nos tempos em que a Polícia Civil e a Polícia Militar eram rivais. Hoje, não. Hoje nós estamos representantes das forças de segurança, eu, o presidente, o deputado Roosevelt Vilela, a deputada Doutora Jane, e marchamos juntos. Ninguém, na hora da recomposição salarial, puxou a sardinha para si e deixou o outro de lado. Em nenhum momento, alguém tentou passar por cima do outro. Nós nos unimos, como força de segurança pública – Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros –, para que chegássemos ao patamar em que estamos hoje.

Vou dizer mais, deputado Roosevelt Vilela: vossa excelência sabe quem trouxe o serviço voluntário para as forças de segurança pública? A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, que são a mãe e o pai de todos os serviços voluntários. Depois disso, em 2019, foi que a Polícia Civil teve um serviço voluntário. Isso, inclusive, era motivo de divergência, presidente deputado Wellington Luiz, entre a Polícia Civil e a Polícia Militar. Quando esse projeto da Polícia Civil chegou aqui, em 2019 – o deputado Wellington Luiz nem estava nesta casa; sua excelência estava na Codhab –, eu e o deputado Roosevelt Vilela, que foi o relator, colocamos o projeto diante de todos e o aprovamos.

Então, o pai e a mãe do serviço voluntário chamam-se Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, o discurso foi bem emocionado. Eu acho isso legal. Nesta casa, quando os parlamentares se unem, a coisa acontece. Está aqui o exemplo. Há 4 parlamentares aqui que representam muito bem o segmento da segurança pública. Isso é fato. Está aqui a prova do que nós conseguimos. O que o governo não fez para a segurança pública?

Eu estou sozinho. Se eu tivesse apoio aqui, se houvesse uma bancada da saúde que realmente fizesse política como os senhores estão fazendo, estaríamos em outro patamar. Porém, o que eu digo quanto à segurança pública, como sindicalista que defende o direito do trabalhador, é o mesmo que eu falei, em 2019, para o Gaúcho, presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis: vamos tirar o desconto do imposto de renda. Porém, ele disse: “Não, deputado, vamos deixar do jeito que está, senão o projeto não passa”. Então, desde aquela época, eu dizia: vamos tirar o desconto do imposto de renda, porque não é justo ganhar R\$95 e isso depois ser descontado no imposto de renda.

Eu reconheço o seu trabalho, deputado Wellington Luiz. Se vossa excelência não fosse o presidente desta casa, muito não teria sido feito para a segurança pública. Porém, reafirmo que nós – o governo, nós todos – temos que brigar hoje pelo aumento do efetivo e por um salário com o qual o servidor não precise se submeter a mais uma carga horária. O TPD, o serviço voluntário tem uma carga horária a mais.

Parabenizo os que estão conseguindo avançar na questão, mas fica a reflexão: temos que recompor o quadro e dar um salário condizente a esses trabalhadores, para que o servidor não precise fazer tanto trabalho voluntário, TPD e tudo o mais.

Com relação à saúde, se eu tivesse uma bancada que soubesse fazer política, teríamos um TPD muito melhor, uma remuneração muito melhor. Política se faz com a cabeça, não com o estômago, e vocês estão fazendo com a cabeça. Parabéns à bancada da bala da Câmara Legislativa.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado. Só discordo quando vossa excelência diz que está sozinho. Eu diria que vossa excelência tem mais 23 deputados que têm se dedicado à saúde, incluindo a deputada Dayse Amarílio.

Eu estive no Palácio do Buriti algumas vezes, como presidente, brigando pela saúde – claro que encampado por vossa excelência. Vossa excelência dizer que está sozinho é o mesmo que dizer que os outros deputados não estão preocupados com a saúde. Não existe projeto relativo à saúde que não tenha sido votado por unanimidade nesta casa. Todos os parlamentares sempre respeitaram os direitos dos servidores da saúde. Vossa excelência dizer que está sozinho é o mesmo que dizer também que apenas eu, o deputado Hermeto, a deputada Doutora Jane e o deputado Roosevelt Vilela estamos garantindo os direitos dos servidores da segurança pública. Porém, todos os deputados têm contribuído para isso, inclusive vossa excelência.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, eu quero só fazer uma breve fala. Eu tenho visto todos falarem dessa valorização dos servidores da segurança pública. De fato, houve a valorização devida dos servidores que a mereciam e merecem. Quero parabenizar os deputados que atuaram nessa causa, mas eu também gostaria de perguntar a todos se acham justo que os agentes de trânsito e que o pessoal da segurança do Detran fiquem, do sofá de casa ou das ruas trabalhando, enquanto veem outras categorias conseguirem essa valorização e eles ficarem para trás.

Quando falamos de segurança pública, precisamos falar de todos. Não podemos deixar ninguém para trás. É por isso que temos falado da reestruturação dos trabalhadores, especificamente, do Detran, que foi o único órgão da segurança pública – com exceção da Polícia Penal, por uma questão do fundo que ainda está sendo resolvida – que ficou sem o devido reajuste e o devido reconhecimento. Isso precisa ser dito.

Tenho um enorme respeito por todos os deputados. Sei que vossa excelência e vários deputados têm ajudado muito.

O governo, lá atrás, teve um olhar importante ao tratar da gratificação desses servidores. No entanto, neste momento, a situação é realmente muito frustrante para todos nós. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Mais uma vez, somo-me a vossa excelência e solicitamos que o Executivo – como o deputado Eduardo Pedrosa já apontou, inclusive com recursos próprios do Detran – atue para que os nossos servidores do Detran sejam atendidos imediatamente.

Continua a discussão.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir.) – Presidente, eu não ia falar, mas, como estamos aqui para fazer essa defesa, achei importante fazê-lo, porque os atos vão acontecendo, e as máscaras vão caindo.

Política de verdade nós fazemos quando não estamos preocupados em ser base ou oposição, mas quando estamos preocupados em fazer algo que seja importante para a cidade. Quando nos posicionamos como base ou oposição, nós ficamos preocupados com os próximos 4 anos, inclusive com a estrutura e com os cargos que temos.

Eu realmente concordo com o deputado Jorge Vianna. Se houvesse mais pessoas comprometidas com a saúde, que não tivessem medo de fiscalizá-la, que estivessem, inclusive, cobrando por que o dinheiro para reestruturar todas as carreiras e valorizar os servidores foi gasto em muitas outras ações, seria melhor. Esse dinheiro foi gasto em obras paradas; no BRB, em benefício de amigos; em contratos de parcerias para salvar amigos; na compra de títulos falidos, que

somaram R\$31,1 bilhões.

Temos lutado aqui para mostrar quem está ao lado das pessoas que precisam – isso, sim.

Presidente, eu torço, sim, para que despertemos como servidores públicos, sejamos valorizados de verdade e ocupemos estes espaços. Não adianta dizer que é da área da segurança, não adianta dizer que é da área da saúde e, ao mesmo tempo, por exemplo, votar aqui o uso do recurso do Iprev das pessoas, a terceirização do IGESDF e permissão que ele cresça, e assim por diante. Aqui eles fazem o que o governador manda, quando o que precisamos fazer é o que a cidade precisa.

Torço, inclusive, para que haja mais deputados que me ajudem, por exemplo, amanhã, na prestação de contas do IGESDF, porque deputado da área da saúde não aparece lá, nem mesmo na Comissão de Saúde. Quem mais me ajuda na Comissão de Saúde são o deputado Pastor Daniel de Castro, o deputado Martins Machado e o deputado Gabriel Magno. Graças a eles, nós temos conseguido aprovar matérias importantes na Comissão de Saúde.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Estão inscritos o deputado Pastor Daniel de Castro, a deputada Doutora Jane, o deputado Max Maciel, e o deputado Jorge Vianna.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir.) – Presidente, eu quero falar um pouco de mim. Eu ajudo todas as categorias de servidores públicos, até porque, como vossa excelência sabe, minha formação é na gloriosa Polícia Civil, como agente de polícia formado em 2002.

Eu tomei como princípio ajudar todas as categorias. Ajudando as categorias, quero aqui, mais uma vez, somar-me a vossa excelência.

Falei para o deputado Hermeto, ainda há pouco, que há um ditado muito claro: “A união faz a força”. A união de vossas excelências da bancada da polícia e da segurança mostrou o que é possível alcançar, mas a união dos membros desta casa tem feito muito.

Nessa união, quero também parabenizar vossa excelência, deputado Eduardo Pedrosa, e pedir ao governo que envie o projeto do Detran para cá ainda hoje, até em homenagem ao meu amigo Heitor, que está ali e já sinalizou que me encontrará na igreja.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado.

Após a fala da deputada Doutora Jane, ainda há 3 parlamentares inscritos. Depois, eu gostaria de voltar à votação, até por conta do quórum, porque temos que votar os projetos em segundo turno.

Continua a discussão.

Concedo a palavra à deputada Doutora Jane.

DEPUTADA DOUTORA JANE (REPUBLICANOS. Para discutir.) – Presidente, eu não poderia deixar de falar da felicidade por mais esse voto dado por cada um dos parlamentares ao projeto do serviço voluntário gratificado depois de o projeto ser construído por nós. Ele realmente vem contemplar uma necessidade de fortalecimento dos policiais civis. O deputado Jorge Vianna até trouxe esse assunto, e é importante pensarmos na saúde mental do policial. Porém, hoje nós só queremos comemorar, agradecer a todos por essa votação e dizer que a Polícia Civil pode sempre continuar contando comigo.

Quero aproveitar a oportunidade para falar da importância da votação para os conselhos tutelares. Há 2 anos, eu vinha destinando recurso para que essa justiça fosse feita. Eles perderam

aquela gratificação, aquele aumento que foi dado para todo mundo em 3 parcelas de 6%, e nós fizemos a indicação para que o recurso fosse destinado para esse aumento. Quero parabenizar o governador Ibaneis Rocha e a vice-governadora Celina, porque fizeram justiça com os conselhos tutelares. Fui secretária de Estado, cuidei daquela categoria e sei da importância, do respeito, da responsabilidade e do trabalho deles com a população de Brasília.

Então, 2 categorias estão sendo contempladas aqui hoje: a nossa honrosa e gloriosa Polícia Civil e os conselhos tutelares.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada Doutora Jane.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, talvez a minha fala não esteja sendo bem clara, mas, quando eu falei que há 4 parlamentares aqui que são engajados, em quase 100% do mandato, na segurança, são os 4 senhores da base do governo. Se vossas excelências fossem oposição, duvido muito que conseguiriam algo. Tudo bem, essa é uma outra polêmica.

Eu sou o único deputado da base que é da saúde. Alguém mais aqui é da área da saúde? Eu falo de servidor, trabalhador dessa área. Não há. Então, eu sou o único da base que é da saúde. Há a deputada Dayse Amarilio, que não é da base do governo. Se eu e ela fôssemos da base e houvesse mais 1 ou 2 deputados da área, eu tenho certeza de que seria diferente, assim como é na segurança pública.

Os senhores, com certeza, votaram com o governo muitos projetos que foram indigestos para a categoria, mas, mesmo assim, votaram esses projetos, assim como eu faço. Isso porque, como eu falei, política se faz assim. Há prejuízo? Há futuro prejuízo?

Nós votamos projetos espinhosos, como o do Iprev. Aconteceu algo ruim até agora com o servidor aposentado? Não, nem vai acontecer, porque os atos são dinâmicos e vão acontecendo. Não votar projetos, porque a pessoa acha que algo ruim vai acontecer, que a situação vai piorar, isto não é o que eu faço.

Presidente, tudo que eu fiz aqui foi com muita consciência. Já fiz minhas críticas ao governo. Eu sempre digo: sou aliado, mas não sou alienado. Eu sei o que eu estou fazendo.

Com relação às comissões, existem comissões na Câmara Legislativa que mais parecem monólogos. Existem comissões aqui que mais levam temas pessoais para discussão, e eu não faço isso. A minha discussão é rápida, é sem mi-mi-mi. É assim que eu faço. Talvez seja por isso que eu não estou participando de tantos encontros na Câmara Legislativa.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Jorge Vianna.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para discutir.) – Presidente, eu queria participar desse debate rapidamente, primeiro saudando todas as categorias que tiveram conquistas nesta casa.

Eu queria apenas pontuar, presidente, que esta casa não inova sem que o governo apresente, de fato, o plano que ele quer. Para entendermos as carreiras, nós precisamos discutir um governo e um Estado com isonomia. Então, de fato, é ruim quando há categorias – obviamente não é o caso da Polícia Militar nem da Polícia Civil, porque elas têm o Fundo Constitucional atrelado – que historicamente não aparecem aqui. Então, é legítimo que venha para cá a Polícia Penal, que venha para cá o Detran. É legítimo que essas corporações venham para cá para lutarem pelo seu interesse.

Eu queria, presidente, solidarizar-me com vossa excelência pelo seguinte: nós não debatemos aqui ainda a reestruturação da cultura. Por isso, eu quero entrar no debate. O senhor lembra que, ano passado, nós fizemos um acordo nesta casa, votamos uma parte da estrutura da cultura, e o projeto nem chegou. Presidente, isso é ruim, e, às vezes, a casa leva a responsabilidade por isso. Às vezes, os companheiros e companheiras vêm para cá e atribuem aos parlamentares a votação ou não votação do projeto, mas é o governo que tem que mandar para cá o projeto e a reestruturação. Todos têm que saber que, se um projeto de qualquer segmento vier para cá, nós da Câmara Legislativa não vamos nos negar a votá-lo, porque somos a favor de profissionais e agentes públicos bem remunerados, com estrutura e capacitação. Então, pedimos que o governo exerça a isonomia e traga a matéria para cá. Sem dúvida nenhuma, essa é uma luta.

Eu quero parabenizar o senhor pela condução desse trabalho. Vossa excelência nunca negou uma reunião nossa com nenhum segmento do Distrito Federal, presidente.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Também me solidarizo com vossa excelência. O acordo relacionado à cultura que não foi firmado no fim do ano era para ter ocorrido em fevereiro. Infelizmente, até agora a matéria não chegou a esta casa. Ainda há tempo. O impacto é praticamente zero. Trata-se de uma carreira pequena. A própria recomposição é muito pequena.

Nós também pedimos pela cultura, temos discutido isso, e acho que essa seria uma medida de justiça, deputado Max Maciel – muito bem lembrado.

Obrigado.

Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foram aprovados com a presença de 16 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.235/2026.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 16 deputados.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, vossa excelência pode verificar se o projeto do pessoal da gestão fazendária já chegou? Refiro-me ao projeto da carreira, com quem firmamos ontem o compromisso de votar a matéria junto com o projeto dos analistas. O projeto chegou?

Estamos aguardando a chegada do projeto da gestão fazendária para que possamos votar os 2 projetos. Esse é um compromisso da casa. Não podemos sair daqui sem votar esse projeto. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Estamos na expectativa disso, deputada. Os projetos ainda não chegaram, mas estamos aguardando a chegada deles, pois, como

foi mencionado, trata-se de um acordo solicitado por vossa excelência, pelo deputado Chico Vigilante e por alguns outros deputados, que pediram para que fossem votados em conjunto.

Estamos na expectativa disso. Há um compromisso do secretário Daniel para que o projeto seja encaminhado a esta casa ainda hoje. Estamos na expectativa disso.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 96/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza a instituição do Fundo Rotativo do Sistema Penitenciário do Distrito Federal".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Segurança, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da Comissão de Segurança, deputado João Cardoso, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado João Cardoso, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL. Para apresentar parecer.) – Presidente, cumprimento todos os presentes. Graças a Deus, estamos fazendo o que é necessário para a segurança pública e para todas as carreiras.

Parecer da Comissão de Segurança ao Projeto de Lei Complementar nº 96/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza a instituição do Fundo Rotativo do Sistema Penitenciário do Distrito Federal".

No âmbito desta Comissão de Segurança, manifestamo-nos favoráveis à aprovação da matéria.

Parabenizo o sistema penitenciário, ao qual sempre destinamos emendas parlamentares, inclusive para participação em competições, representando o Distrito Federal, e eles sempre trazem medalhas.

É o parecer, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, nós não discutimos a inclusão desse projeto, o Projeto de Lei Complementar nº 96/2026, ontem na reunião do Colégio de Líderes.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Esse projeto do Fundo Penitenciário?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Do Fundo Rotativo.

Há uma série de defeitos que precisam ser corrigidos. Qualquer fundo tem que ter um conselho gestor do fundo, mas isso não está previsto na lei.

Portanto, minha sugestão a vossa excelência é que façamos uma lei bem-feita, que não traga problemas mais à frente. Primeiro, vamos levantar o que tem que ser corrigido; em seguida, vamos apresentar as correções e depois vamos votar o projeto.

Isso não foi discutido ontem. Além disso, hoje ainda vamos votar, em segundo turno, os

projetos que já passaram aqui, aguardando também que o projeto do Detran chegue para votação.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Eu gostaria de pedir ao Maurício e ao nosso líder de governo, deputado Hermeto, que discutamos essa questão com o deputado Chico Vigilante. Sua excelência traz um questionamento pertinente. Como realmente isso não foi discutido ontem na reunião de líderes, precisamos verificar se é possível sanar as dúvidas hoje, para avaliarmos o avanço da votação.

Peço atenção do líder de governo, deputado Hermeto, juntamente com o secretário Maurício, para definirmos isso. Por enquanto, solicito que este projeto seja retirado momentaneamente da discussão.

Peço a leitura do próximo item extrapauta.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, antes da leitura do item extrapauta, eu gostaria de dizer que vossa excelência e o deputado Eduardo Pedrosa realizaram um trabalho tão lindo para ajudar o Detran. Esperamos que esse projeto do Detran chegue logo para votarmos tudo junto. Não há impacto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.241/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 6.333, de 17 de julho de 2019, que institui o serviço voluntário no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Segurança, a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da Comissão de Segurança, deputado João Cardoso, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado João Cardoso, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Segurança ao Projeto de Lei nº 2.241/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 6.333, de 17 de julho de 2019, que institui o serviço voluntário no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal e dá outras providências".

No âmbito desta Comissão de Segurança, somos favoráveis à aprovação da matéria.

Este é o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputado Rogério Morro da Cruz, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Rogério Morro da Cruz, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 2.241/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 6.333, de 17 de julho de 2019, que institui o serviço voluntário no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal e dá outras providências".

No âmbito desta comissão, somos pela aprovação da matéria, senhor presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.241/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 6.333, de 17 de julho de 2019, que institui o serviço voluntário no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal e dá outras providências".

Presidente, o projeto de lei propõe corrigir a limitação da Lei nº 6.333/2019, que hoje permite o serviço voluntário apenas na Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil. A mudança pretende estender essa possibilidade aos servidores da carreira de atividades complementares da segurança pública, que realizam funções técnicas essenciais de apoio à perícia médico-legal na Polícia Civil do Distrito Federal.

No âmbito desta comissão, manifestamos voto pela admissibilidade do projeto de lei.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Chico Vigilante, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2.241/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 6.333, de 17 de julho de 2019, que institui o serviço voluntário no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal e dá outras providências".

Analisando a matéria sob os aspectos da constitucionalidade, da juridicidade e da boa técnica legislativa, asseveramos que o projeto é constitucional e, portanto, está liberado para tramitação.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão, em bloco, os pareceres ao Projeto de Lei nº 2.241/2026.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foram aprovados com a presença de 19 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.241/2026.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 19 deputados.

Lembro aos senhores deputados que houve um pedido para que fossem votados os requerimentos e as moções; por isso, atendendo à solicitação dos deputados, procederemos à leitura.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, gostaria apenas de lembrá-lo do projeto do IFA.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Como foi acordado, ele também será colocado logo após.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, eu indago a vossa excelência: esse projeto dos servidores do Detran-DF vai ou não chegar a esta casa no dia de hoje?

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Estou fazendo essa pergunta porque, se esse projeto estivesse vindo no lombo de uma tartaruga dali do Palácio do Buriti até aqui, ele já teria chegado.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Verdade. Deputado Chico Vigilante, desde a semana passada, eu e o deputado Eduardo Pedrosa estamos conversando com a Secretaria de Economia, em razão do nosso entendimento de que os recursos do Detran-DF têm fonte própria, portanto, o projeto não vai gerar impacto na fonte 100.

Assim, se depender de mim, do deputado Eduardo Pedrosa, de vossa excelência e dos demais deputados desta casa, esse projeto vem, sim, para cá, é uma questão de justiça a esses servidores, que também compõem a segurança pública. Nós continuamos aqui insistindo e solicitando. O deputado Eduardo Pedrosa, hoje pela manhã, conversou com o secretário Daniel; eu conversei com ele por volta do meio-dia, e nós estamos trabalhando fortemente para que façamos justiça a esses servidores. Vamos continuar trabalhando para que ele venha.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Está certo, presidente. A informação que eu peço a vossa excelência é sobre se o projeto vai ou não chegar hoje. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado, essa informação não sou eu quem dá, mas, sim, o Poder Executivo. Se eu fosse o governador, eu já teria mandado o projeto para esta casa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Deputado Wellington Luiz, com a confiança que tenho em vossa excelência, peço, mais uma vez, ligue para o secretário Daniel e pergunte se ele vai ou não vai mandar o projeto. Se ele mandar o projeto, nós o votaremos, se ele não mandar, nós desistiremos logo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Ele está nos ouvindo. (Risos.)

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, estou vendo o pessoal na galeria. Alguns estão tão ansiosos que, daqui a pouco, vão começar a passar mal. Vamos ter que chamar o Samu e acionar o serviço médico.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado, pode ter certeza de que o secretário Daniel está nos acompanhando *online*. Daqui a pouco, faremos contato, novamente. O deputado Eduardo Pedrosa está, o tempo todo, falando com ele. Nós continuaremos insistindo.

Ainda falta o projeto dos fazendários, conforme vossa excelência pediu. (Palmas.)

Ainda existem outros projetos a serem encaminhados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, já que o secretário Daniel está assistindo a esta sessão, vou fazer um apelo: Daniel, mande esse projeto para tranquilizar esse pessoal! Mande o projeto! (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.  
(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Apreciação, em bloco, dos seguintes itens.

Item da ordem do dia.

Votação, em turno único, do Requerimento nº 2.686/2026, de autoria do deputado Gabriel Magno, que "Requer a transformação da Sessão Ordinária do dia 09 de abril de 2025 em Comissão Geral para debater o sistema digital da rede pública de ensino do Distrito Federal – EducaDF".

Item extrapauta.

Votação, em turno único, do Requerimento nº 2.705/2026, de autoria do deputado Fábio Félix, que "Requer a transformação da Sessão Ordinária do dia 30 de abril de 2026 em Comissão Geral para debater sobre o fim da escala 6x1".

Item da ordem do dia.

Votação, em bloco, em turno único, das moções seguintes.

– Moção nº 1.760/2025, de autoria do deputado Robério Negreiros, que "Parabeniza e manifesta votos de louvor pela Sessão Solene aos Síndicos, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, que se especificam";

– Moção nº 1.761/2025, de autoria do deputado Jorge Vianna, que "Parabeniza e manifesta votos de louvor, aos profissionais que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião da Sessão Solene em homenagem ao dia do Biomédico";

– Moção nº 1.762/2025, de autoria do deputado João Cardoso, que "Manifesta votos de louvor e parabeniza às pessoas que especifica, por ocasião da Sessão Solene em homenagem aos Construtores da Fé e da Comunidade, a ser realizada no dia 27 de novembro, às 19 horas, no Auditório da Câmara Legislativa";

– Moção nº 1.763/2025, de autoria do deputado Hermeto, que "Reconhece e apresenta Votos de Louvor aos Policiais Militares do 20º Batalhão de Polícia Militar (20º BPM). Pelo excepcional comprometimento, profissionalismo e dedicação demonstrados durante o atendimento de uma ocorrência que culminou na efetiva prisão de um indivíduo";

– Moção nº 1.764/2025, de autoria do deputado João Cardoso, que "Manifesta votos de louvor e parabeniza às pessoas que especifica, por ocasião da Sessão Solene em homenagem aos Construtores da Fé e da Comunidade, a ser realizada no dia 27 de novembro, às 19 horas, no Auditório da Câmara Legislativa";

– Moção nº 1.765/2025, de autoria do deputado Robério Negreiros, que "Parabeniza e manifesta votos de louvor pela Sessão Solene em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência em reconhecimento a sua contribuição e dedicação em prol da inclusão e defesa dos direitos das pessoas com deficiência";

– Moção nº 1.766/2025, de autoria do deputado João Cardoso, que "Manifesta votos de louvor e parabeniza às pessoas que especifica, por ocasião da Sessão Solene em homenagem aos Construtores da Fé e da Comunidade, a ser realizada no dia 27 de novembro, às 19 horas, no Auditório da Câmara Legislativa";

- Moção nº 1.767/2025, de autoria do deputado Gabriel Magno, que “Manifesta votos de louvor e aplausos às pessoas que especifica”;
- Moção nº 1.768/2025, de autoria do deputado Wellington Luiz, que “Manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, por ocasião da Sessão Solene em homenagem ao Dia do Policial Penal”;
- Moção nº 1.769/2025, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, “Moção de louvor Síndicos de Águas Claras”;
- Moção nº 1.770/2025, de autoria do deputado Robério Negreiros, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor pela Sessão Solene em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência em reconhecimento a sua contribuição e dedicação em prol da inclusão e defesa dos direitos das pessoas com deficiência”;
- Moção nº 1.771/2025, de autoria do deputado Gabriel Magno, que “Manifesta votos de louvor e aplausos às pessoas que especifica”;
- Moção nº 1.772/2025, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, por ocasião da sessão solene em homenagem à Escola de Música de Brasília, a ser realizada no dia 28 de novembro, às 19 horas, no auditório da escola”;
- Moção nº 1.773/2025, de autoria do deputado Gabriel Magno, que “Manifesta votos de louvor e aplausos às pessoas que especifica”;
- Moção nº 1.774/2025, de autoria do deputado Robério Negreiros, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor pela Sessão Solene aos Síndicos, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, que se especificam”;
- Moção nº 1.775/2025, de autoria do deputado Iolando, que “Manifesta votos de louvor e aplausos às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Brazlândia”;
- Moção nº 1.776/2025, de autoria do deputado Martins Machado, que “Manifesta votos de louvor e homenageia os praticantes da calistenia, em reconhecimento à promoção da saúde, bem-estar e incentivo à prática esportiva acessível e inclusiva”;
- Moção nº 1.777/2025, de autoria da deputada Doutora Jane, “Moção de Louvor em homenagem a Democracia e representatividade racial: desafios e conquistas, a ser realizada no dia 18 de novembro de 2025, às 19 horas, no Auditório da Câmara Legislativa do Distrito Federal”;
- Moção nº 1.778/2025, de autoria do deputado Wellington Luiz, que “Manifesta votos de louvor às pessoas que especifica pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, por ocasião da Sessão Solene em homenagem ao Dia do Policial Penal”;
- Moção nº 1.779/2025, de autoria do deputado Hermeto, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor aos Policiais Militares do 10º Batalhão de Polícia Militar (10º BPM). Pelo ato de bravura e heroísmo demonstrado no resgate bem-sucedido de uma família em situação de risco iminente, que se encontrava ilhada por uma enxurrada na BR-040, em Valparaíso, evidenciando excepcional comprometimento, profissionalismo e dedicação no cumprimento do dever”;
- Moção nº 1.780/2025, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor ao Hospital Universitário de Brasília (HUB), por ocasião da sessão solene em comemoração ao 53º Aniversário do Hospital Universitário de Brasília (HUB), a ser realizada no dia 22 de agosto de 2025, às 14h, no Plenário desta Casa de Leis”;
- Moção nº 1.781/2025, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, por ocasião da sessão solene em homenagem aos 30 anos do Centro Interescolar de Línguas do Guará (CIL Guará), a ser realizada no dia 12 de novembro de 2025, às 19 horas, no Plenário desta Casa de Leis”;

– Moção nº 1.782/2025, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor ao Centro Interescolar de Línguas do Guará (CILG Guará), por ocasião da sessão solene em homenagem aos 30 anos do Centro Interescolar de Línguas do Guará (CIL Guará), a ser realizada no dia 12 de novembro de 2025, às 19 horas, no Plenário desta Casa de Leis”;

– Moção nº 1.783/2025, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, por ocasião da sessão solene em homenagem à Escola de Música de Brasília, a ser realizada no dia 28 de novembro, às 19 horas, no auditório da escola”;

– Moção nº 1.784/2025, de autoria do deputado Hermeto, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor aos Policiais Militares do 25º Batalhão de Polícia Militar (25º BPM). Pelo excepcional comprometimento, profissionalismo e dedicação demonstrados durante o atendimento de uma ocorrência que culminou na efetiva prisão de um indivíduo”;

– Moção nº 1.785/2025, de autoria do deputado Wellington Luiz, que “Manifesta votos de louvor às pessoas que especifica pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, por ocasião da Sessão Solene em homenagem ao Dia do Policial Penal”;

– Moção nº 1.786/2025, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor, aos profissionais de saúde que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião da Sessão Solene em comemoração ao Dia do Fonoaudiólogo”;

– Moção nº 1.787/2025, de autoria do deputado Wellington Luiz, que “Manifesta votos de louvor às pessoas que especifica pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, por ocasião da Sessão Solene em homenagem ao Dia do Policial Penal”;

– Moção nº 1.788/2025, de autoria do deputado Roosevelt Vilela, que “Reconhece e apresenta votos de louvor ao Deputado Federal Daniel Agrobom (PL/GO), pela relevante atuação como Relator do Projeto de Lei Complementar nº 18/2021 na Câmara dos Deputados, fortalecendo o Atendimento Pré-Hospitalar (APH)”;

– Moção nº 1.789/2025, de autoria do deputado Ricardo Vale, que “Manifesta louvor às mulheres empresárias que atuam e impulsionam o desenvolvimento econômico no Distrito Federal e entorno”;

– Moção nº 1.790/2025, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor, aos profissionais de saúde que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião da Sessão Solene em comemoração ao Dia do Fonoaudiólogo”;

– Moção nº 1.791/2025, de autoria do deputado João Cardoso, que “Manifesta votos de louvor e parabeniza às pessoas que especifica, por ocasião da Sessão Solene em homenagem aos Construtores da Fé e da Comunidade, a ser realizada no dia 27 de novembro, às 19 horas, no Auditório da Câmara Legislativa”;

– Moção nº 1.792/2025, de autoria da deputada Doutora Jane, “Moção de Louvor, em reconhecimento aos serviços prestados pelos Juizes de Paz do Distrito Federal, a realizar-se no dia 10 de dezembro de 2025, das 19h às 22h, na sala Pedro de Souza Duarte localizada na Câmara Legislativa do Distrito Federal”;

– Moção nº 1.793/2025, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor, aos profissionais de saúde que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião da Sessão Solene em comemoração ao Dia do Fonoaudiólogo”;

– Moção nº 1.794/2025, de autoria do deputado Pepa, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos às personalidades que especifica em comemoração ao Aniversário da Região

Administrativa de Arapoanga – RA XXXIV”;

– Moção nº 1.795/2025, de autoria do deputado Martins Machado, que “Manifesta votos de louvor pela participação no Evento: ‘Talentos que inspiram’- homenageados 2025”;

– Moção nº 1.796/2025, de autoria do deputado Martins Machado, que “Manifesta votos de louvor pela participação no Evento: ‘Talentos que inspiram’- homenageados 2025”;

– Moção nº 1.797/2025, de autoria do deputado Hermeto, que “Manifesta votos de louvor e parabeniza aos mencionados pelos relevantes serviços prestados à comunidade e a cidade do Núcleo Bandeirante”;

– Moção nº 1.798/2025, de autoria do deputado Pepa, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos às personalidades que especifica em comemoração ao Aniversário da Região Administrativa de Arapoanga – RA XXXIV”;

– Moção nº 1.799/2025, de autoria do deputado Pepa, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos às personalidades que especifica em comemoração ao Aniversário da Região Administrativa de Arapoanga – RA XXXIV”;

– Moção nº 1.800/2025, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor aos servidores da segurança pública do Distrito Federal que especifica, que salvaram vidas em ato de bravura: ‘A Honra de Servir – Heróis que fazem diferença’”;

– Moção nº 1.801/2025, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor aos servidores da segurança pública do Distrito Federal que especifica, que salvaram vidas em ato de bravura: ‘A Honra de Servir – Heróis que fazem diferença’”;

– Moção nº 1.802/2025, de autoria do deputado Martins Machado, que “Manifesta votos de louvor pela participação no Evento: ‘Talentos que inspiram’- homenageados 2025”;

– Moção nº 1.803/2025, de autoria do deputado Roosevelt Vilela, que “Reconhece e apresenta votos de louvor ao Vereador Afrânio Pimentel e ao Contador Leandro Silva dos Reis, pelos relevantes serviços prestados à sociedade de Valparaíso de Goiás e à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)”;

– Moção nº 1.804/2025, de autoria do deputado Hermeto, que “Manifesta votos de louvor e parabeniza aos mencionados pelos relevantes serviços prestados à comunidade e a cidade do Núcleo Bandeirante”;

– Moção nº 1.805/2025, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor aos servidores da segurança pública do Distrito Federal que especifica, que salvaram vidas em ato de bravura: ‘A Honra de Servir – Heróis que fazem diferença’”;

– Moção nº 1.806/2025, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor, as pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados ao Distrito Federal, em ocasião da Sessão Solene em Homenagem ao Aniversário de Água Quente”;

– Moção nº 1.807/2025, de autoria do deputado Wellington Luiz, que “Manifesta votos de louvor às pessoas que especifica pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, por ocasião da Sessão Solene em homenagem ao Dia do Policial Penal”;

– Moção nº 1.808/2025, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor, aos profissionais que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião da Sessão Solene em homenagem ao dia do Biomédico”;

– Moção nº 1.809/2026, de autoria do deputado Rogério Morro da Cruz, que “Manifesta votos de louvor e parabeniza o Soldado de Primeira Classe Thyago Carneiro Soares, do Grupo Tático Operacional do 21º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal (GTOP 41), pelo ato de prontidão e competência técnica demonstrado em 13 de dezembro de 2025, quando realizou manobras de desobstrução respiratória que salvaram a vida de bebê de um mês de idade em São Sebastião”;

– Moção nº 1.810/2026, de autoria do deputado Rogério Morro da Cruz, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor aos pesquisadores e colaboradores do Projeto Vida e da Máscara Vesta, desenvolvidos pela Universidade de Brasília, pelos relevantes serviços prestados à saúde pública brasileira”;

– Moção nº 1.811/2026, de autoria da deputada Doutora Jane, que “Requer Moção de Louvor, em comemoração ao 22º aniversário da Cidade Estrutural/DF no dia 06 de fevereiro de 2026, às 10 horas, no Centro Olímpico e Paralímpico da Cidade Estrutural – SCIA, área especial 02, Setor Estrutural”;

– Moção nº 1.812/2026, de autoria do deputado Fábio Félix, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor a Ricardo Lucas, por suas contribuições à cena cultural e artística do Distrito Federal”;

– Moção nº 1.813/2026, de autoria da deputada Doutora Jane, que “Requer Moção de Louvor, em comemoração ao 22º aniversário da Cidade Estrutural/DF no dia 06 de fevereiro de 2026, às 10 horas, no Centro Olímpico e Paralímpico da Cidade Estrutural – SCIA, área especial 02, Setor Estrutural”;

– Moção nº 1.814/2026, de autoria da deputada Doutora Jane, que “Requer Moção de Louvor, em comemoração ao 22º aniversário da Cidade Estrutural/DF no dia 06 de fevereiro de 2026, às 10 horas, no Centro Olímpico e Paralímpico da Cidade Estrutural – SCIA, área especial 02, Setor Estrutural”;

– Moção nº 1.815/2026, de autoria do deputado Hermeto, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor ao 2º Sargento LEONARDO MORAIS DE MESQUITA, matrícula nº 215.222/3, integrante da Polícia Militar do Distrito Federal, pelos relevantes serviços prestados ao longo de 15 (quinze) anos de dedicação à Corporação”;

– Moção nº 1.816/2026, de autoria do deputado Hermeto, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor aos Policiais Militares do 15º Batalhão de Polícia Militar. Pelo excepcional comprometimento, profissionalismo e dedicação demonstrados durante o atendimento de uma ocorrência que culminou na efetiva prisão de dois indivíduos”;

– Moção nº 1.817/2026, de autoria do deputado Fábio Félix, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica pelos relevantes serviços prestados na defesa e promoção dos direitos humanos”;

– Moção nº 1.818/2026, de autoria da deputada Doutora Jane, que “Requer Moção de Louvor, em comemoração ao 22º aniversário da Cidade Estrutural/DF no dia 06 de fevereiro de 2026, às 10 horas, no Centro Olímpico e Paralímpico da Cidade Estrutural – SCIA, área especial 02, Setor Estrutural”;

– Moção nº 1.819/2026, de autoria do deputado Hermeto, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor à equipe do 16º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal em homenagem ao seu aniversário”;

– Moção nº 1.820/2026, de autoria do deputado Roosevelt Vilela, que “Reconhece, louva e apresenta votos de aplauso ao Subtenente Renato Duarte Pereira Barbosa, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, pelo ato de bravura e heroísmo praticado no salvamento de uma família e seu animal de estimação, vítimas de enchente no Sol Nascente”;

– Moção nº 1.821/2026, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor à pessoa que especifica, pelos relevantes serviços prestados no Distrito Federal, em homenagem ao dia do Cirurgião Dentista”;

– Moção nº 1.822/2026, de autoria do deputado João Cardoso, que “Manifesta votos de louvor e parabeniza às pessoas que especifica, por ocasião da Sessão Solene em homenagem à Campanha da Fraternidade 2026, a ser realizada no dia 24 de fevereiro, às 10 horas, no Plenário da

Câmara Legislativa”;

– Moção nº 1.823/2026, de autoria do deputado Roosevelt Vilela, que “Reconhece, louva e apresenta votos de aplauso aos senhores Alexandre Costa Maranhão, Paulo Henrique Silva Aguiar e Rafael Diógenes Araújo Silveira, pela atuação em defesa dos colecionadores, atiradores e caçadores – CACs no âmbito do Distrito Federal”;

– Moção nº 1.824/2026, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa, que “Manifesta votos de louvor e parabeniza a bióloga e pesquisadora brasileira Tatiana Coelho de Sampaio pelos relevantes serviços prestados à ciência, à inovação e à saúde pública, com destaque para suas pesquisas na área de regeneração neural e desenvolvimento de tecnologias biomédicas de alto impacto social”;

– Moção nº 1.825/2026, de autoria da deputada Doutora Jane, que “Requer Moção de Louvor às mulheres participantes do evento “Desfile Tecidas de Histórias” e aos profissionais que prestarão serviços de suporte à sua realização nos dias 05 e 06 de março de 2026, na Galeria Espelho D’Água desta Casa Legislativa”;

– Moção nº 1.826/2026, de autoria do deputado Hermeto, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor aos policiais militares integrantes da PMDF, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação, em virtude da excepcional atuação demonstrada em recente ocorrência operacional”;

– Moção nº 1.827/2026, de autoria do deputado Hermeto, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor ao policial militar integrante da PMDF, pelo comprometimento e profissionalismo demonstrados em ‘Ato de Bravura’, em virtude de sua excepcional conduta na prisão em flagrante por roubo”;

– Moção nº 1.828/2026, de autoria do deputado Hermeto, que “Manifesta Votos de Louvor ao policial militar integrante do GTOP 40 (20º BPM), em reconhecimento ao elevado comprometimento e profissionalismo demonstrados durante o ano de 2025, com atuação destacada no combate à criminalidade nas regiões do Paranoá e Itapoã – DF”;

– Moção nº 1.829/2026, de autoria da deputada Doutora Jane, que “Reconhece, louva e apresenta votos de aplauso, no âmbito do Distrito Federal, ao Exército Brasileiro por indicar, pela primeira vez, uma mulher para o generalato, a Sra. Cláudia Lima Gusmão Cacho, passando a ser a primeira oficial-general da história do Exército Brasileiro”;

– Moção nº 1.830/2026, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor, as pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados ao Distrito Federal, em ocasião da Sessão Solene em Homenagem ao Aniversário de Água Quente”;

– Moção nº 1.831/2026, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “Manifesta votos de Louvor e homenageia o Pastor Manoel Ferreira Netto, pelos relevantes serviços prestados a Comunidade Evangélica do Distrito Federal”;

– Moção nº 1.832/2026, de autoria da deputada Jaqueline Silva, que “Manifesta votos de louvor e parabeniza o Dr. Marcus Vinícius Montenegro, médico da Ortopedista, pela dedicação, compromisso e excelência no atendimento prestado à população do Distrito Federal”;

– Moção nº 1.833/2026, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, por ocasião da sessão solene em homenagem aos 45 (quarenta e cinco) anos do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal – SINDENFERMEIRO/DF, a ser realizada no dia 6 de março de 2026, às 14h, no Plenário desta Câmara Legislativa do Distrito Federal”;

– Moção nº 1.834/2026, de autoria do deputado Hermeto, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor em homenagem às Mulheres do Grupo Samba Flores”;

– Moção nº 1.835/2026, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às mulheres que especifica, em reconhecimento à sua contribuição social, profissional e comunitária, no contexto da Sessão Solene ‘Direitos que cuidam, políticas que

transformam – Compromisso com as Mulheres do Distrito Federal”;

– Moção nº 1.836/2026, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, por ocasião da sessão solene em homenagem aos 45 (quarenta e cinco) anos do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal – SINDENFERMEIRO/DF, a ser realizada no dia 6 de março de 2026, às 14h, no Plenário desta Câmara Legislativa do Distrito Federal”;

– Moção nº 1.837/2026, de autoria do deputado Thiago Manzoni, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor aos cidadãos que especifica, pelos relevantes serviços prestados à Educação”;

– Moção nº 1.838/2026, de autoria do deputado Roosevelt Vilela, que “Concede Moção de Louvor ao Ex-Deputado Marco Antônio dos Santos Lima pelas relevantes contribuições na defesa dos direitos dos idosos no âmbito do Distrito Federal, sendo o autor da Lei nº 1.547 de 1997, o primeiro Estatuto do Idoso do país”;

– Moção nº 1.839/2026, de autoria do deputado Hermeto, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor aos nomes citados em homenagem ao aniversário do 16º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal”;

– Moção nº 1.840/2026, de autoria do deputado Hermeto, que “Manifesta em razão do Aniversário da Cidade, Votos de Louvor e Aplausos a todos os indicados por serviços prestados à comunidade do Riacho Fundo”;

– Moção nº 1.841/2026, de autoria do deputado Hermeto, que “Manifesta em razão do Aniversário da Cidade, Votos de Louvor e Aplausos a todos os indicados por serviços prestados à comunidade do Riacho Fundo”;

– Moção nº 1.842/2026, de autoria do deputado Hermeto, que “Manifesta em razão do Aniversário da Cidade, Votos de Louvor e Aplausos a todos os indicados por serviços prestados à comunidade do Riacho Fundo”;

– Moção nº 1.843/2026, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa, que “manifesta votos de louvor e aplausos às pessoas que especificam, por ocasião da celebração do dia internacional da mulher”;

– Moção nº 1.844/2026, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor, as pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados ao Distrito Federal, em ocasião da Sessão Solene em homenagem aos Agentes de Vigilância Ambiental”;

– Moção nº 1.845/2026, de autoria do deputado Roosevelt Vilela, que “Reconhece e apresenta votos de louvor aos Corretores de Seguros do Distrito Federal, em reconhecimento ao relevante papel na orientação da população e na promoção da segurança patrimonial, financeira e pessoal dos cidadãos”;

– Moção nº 1.846/2026, de autoria do deputado Ricardo Vale, que que “Manifesta louvor aos Profissionais da Educação do Distrito Federal pelo relevante serviço prestado à sociedade e pela contribuição essencial para o desenvolvimento humano, social e cultural no âmbito do Distrito Federal (complemento)”;

– Moção nº 1.847/2026, de autoria do deputado Ricardo Vale, que “Manifesta louvor aos Profissionais da Educação do Distrito Federal pelo relevante serviço prestado à sociedade e pela contribuição essencial para o desenvolvimento humano, social e cultural no âmbito do Distrito Federal”;

– Moção nº 1.848/2026, de autoria do deputado Ricardo Vale, que que “Manifesta louvor aos Profissionais da Educação do Distrito Federal pelo relevante serviço prestado à sociedade e pela contribuição essencial para o desenvolvimento humano, social e cultural no âmbito do Distrito Federal”;

– Moção nº 1.849/2026, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor, as pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados ao Distrito Federal, em ocasião da Sessão Solene em homenagem aos Agentes de Vigilância Ambiental”;

– Moção nº 1.850/2026, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às mulheres que especifica, em reconhecimento à sua contribuição social, profissional e comunitária, no contexto da Sessão Solene ‘Direitos que cuidam, políticas que transformam – Compromisso com as Mulheres do Distrito Federal’”;

– Moção nº 1.851/2026, de autoria do deputado Ricardo Vale, que “Manifesta louvor aos Profissionais da Educação do Distrito Federal pelo relevante serviço prestado à sociedade e pela contribuição essencial para o desenvolvimento humano, social e cultural no âmbito do Distrito Federal”;

– Moção nº 1.852/2026, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às mulheres que especifica, em reconhecimento à sua contribuição social, profissional e comunitária, no contexto da Sessão Solene ‘Direitos que cuidam, políticas que transformam – Compromisso com as Mulheres do Distrito Federal’”;

– Moção nº 1.853/2026, de autoria do deputado Iolando, que “Reconhece e apresenta Moção de Louvor à Doutora Tatiana Lobo Coelho de Sampaio, em reconhecimento ao seu relevante protagonismo à ciência, à educação e à pesquisa biomédica no Brasil”;

– Moção nº 1.854/2026, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às mulheres que especifica, em reconhecimento institucional e registro histórico de um setor estratégico para a economia e a proteção patrimonial da sociedade., no contexto da Sessão Solene em homenagem às Executivas de Seguros – Série Brasília”;

– Moção nº 1.855/2026, de autoria da deputada Doutora Jane, “Moção de louvor para celebrar o movimento “Mulheres que movem o esporte”, com foco no desenvolvimento do esporte feminino no Distrito Federal, em 17 de março de 2026, às 9h no Plenário desta Casa”;

– Moção nº 1.856/2026, de autoria do deputado Gabriel Magno, que “Manifesta votos de louvor e aplausos à pessoa que especifica”;

– Moção nº 1.857/2026, de autoria do deputado Roosevelt Vilela, que “Parabeniza os profissionais da área da saúde que especifica, pelos relevantes serviços prestados ao Distrito Federal, bem como por suas contribuições científicas, acadêmicas e assistenciais, por ocasião das comemorações alusivas aos 50 anos da Farmacotécnica”;

– Moção nº 1.858/2026, de autoria do deputado Roosevelt Vilela, que “Parabeniza o Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília e demais integrantes do Corpo de Fuzileiros Navais, pelos relevantes serviços prestados ao Distrito Federal e à Nação, por ocasião do aniversário do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil”;

– Moção nº 1.859/2026, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor, as pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados ao Distrito Federal, em ocasião da Sessão Solene em homenagem aos Agentes de Vigilância Ambiental”;

– Moção nº 1.860/2026, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor, as pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados ao Distrito Federal, em ocasião da Sessão Solene em homenagem ao Dia do Farmacêutico”;

– Moção nº 1.861/2026, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor, as pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados ao Distrito Federal, em ocasião da Sessão Solene em homenagem ao Dia do Farmacêutico”;

– Moção nº 1.862/2026, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor, as pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados ao Distrito Federal, em ocasião da Sessão Solene em homenagem ao Dia do Farmacêutico”;

– Moção nº 1.863/2026, de autoria do deputado Max Maciel, que “Parabeniza e homenageia as pessoas e instituições que especifica, pela significativa contribuição para a história, cultura, educação, saúde, esporte e desenvolvimento social de Ceilândia, em comemoração aos seus 55 anos”;

– Moção nº 1.864/2026, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa, que “Manifesta votos de louvor e aplausos às pessoas que especificam, por ocasião da celebração dos 10 anos da associação canomama de saúde, esporte e cultura do Distrito Federal”.

Item extrapauta.

Votação, em bloco, em turno único, das seguintes moções.

– Moção nº 1.865/2026, de autoria do deputado Hermeto, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor aos Policiais Militares do Batalhão de Policiamento de CHOQUE de Polícia Militar. Pelo excepcional comprometimento, profissionalismo e dedicação demonstrados durante o atendimento de uma ocorrência que culminou na apreensão de arma uma arma de fogo, entorpecentes e um veículo adulterado”;

– Moção nº 1.866/2026, de autoria do deputado Martins Machado, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor a Fabrício Rodrigues de Sousa, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal”.

– Moção nº 1.867/2026, de autoria do deputado Gabriel Magno, que “Manifesta votos de louvor e aplausos às pessoas que especifica”.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL) – Presidente, foi lida a Moção nº 1.856/2026, que concede aplausos ao Partido dos Trabalhadores. Gostaria que fosse destacado esse item para eu registrar o meu voto contrário.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Ok, deputado, está destacado.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, atendendo ao pedido do deputado Chico Vigilante, para que ele possa analisar melhor o projeto, sugiro a retirada da ordem do dia do Projeto de Lei Complementar nº 96/2026, que trata do fundo rotativo do Sistema Penitenciário do Distrito Federal; que o deixemos para a próxima semana, a fim de o discutirmos um pouco mais.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acato a solicitação de vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, agradeço ao deputado Hermeto pela compreensão.

Solicito o destaque da Moção nº 1.823/2026.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Está destacada.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos requerimentos e às moções que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foram aprovados com a presença de 19 deputados, ressalvados os destaques.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, eu não quero cansar a paciência de vossa excelência, mas preciso saber se o projeto do Detran-DF vem ou não vem, porque, se ele não vier, precisamos ser claros com as pessoas e não as deixar ansiosas.

Se realmente ele não vier, sugiro a vossa excelência que votemos o segundo turno dos projetos já apreciados e, a partir daí, só votemos novas matérias quando chegarem o projeto do Detran-DF e o projeto dos fazendários.

Deputado Eduardo Pedrosa, proponho que entremos em obstrução coletiva. Que todos entrem em obstrução até que o projeto seja enviado. Não votaremos mais nada se não mandarem o projeto. Precisamos ser respeitados.

Estava conversando com o deputado Eduardo Pedrosa. Ele disse que o Detran-DF tem o dinheiro e não depende do Tesouro do Distrito Federal. Que diabos de má vontade é essa? Se estão com raiva de mim, do deputado Eduardo Pedrosa ou de quem quer que seja, não podem descontar isso nos trabalhadores. Quem vota nesta casa somos nós.

Portanto, a minha sugestão é esta: ou mandam os projetos, ou entramos em obstrução coletiva e não votamos mais nada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, é incrível, mas eu vou votar com o deputado Chico Vigilante, até porque, de coração, eu estou achando essa situação uma falta de respeito a vossa excelência, que é o presidente da Câmara Legislativa, e ao deputado Eduardo Pedrosa, que é o presidente da CEOF, que trabalharam incansavelmente para esse projeto do Detran-DF chegar. Não existe impacto orçamentário. Eu não sei por que o governo não o manda logo para nós o votarmos agora.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, eu concordo plenamente com o deputado Chico Vigilante e o deputado Eduardo Pedrosa. Sou totalmente favorável ao projeto do Detran-DF, que tem que ser igualitário às demais forças da segurança pública.

Eu irei votar favoravelmente ao projeto. Peço que o projeto chegue logo para nós o aprovarmos.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, eu concordo parcialmente com o deputado Chico Vigilante. Nós podemos, sim, deixar de votar os projetos do Executivo, mas os nossos projetos não, porque aí nós estaríamos nos punindo.

Partindo desse princípio, nós poderíamos deixar de votar os projetos do Executivo, mas o nosso projeto, que no caso é o projeto do IFA, deveria ser votado, pois ele não é do Executivo. Votamos os nossos projetos, os de autoria de deputados, até o projeto do Detran-DF chegar. Aí, sim, eu concordo.

Só há esse projeto do IFA para ser votado. Enquanto o projeto do Detran-DF não chega, vamos votar esse do IFA.

É isso, presidente.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, também estou junto com o deputado Chico Vigilante, com o deputado Pastor Daniel de Castro e com os meus colegas do Detran-DF, que é unido com a PM. Em muitas das barreiras que o Detran-DF faz, a nossa Polícia Militar está dando apoio e segurança a eles. Eles merecem tudo de bom.

Pessoal do Detran-DF, parabéns. Vamos estar juntos nessa guerra.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL) – Presidente, também quero me solidarizar ao deputado Eduardo Pedrosa. Nós sempre conversamos, e vejo a preocupação dele com o Detran-DF.

Eu tenho acompanhado também os agentes de trânsito do DER-DF. Havia uma proposta já confeccionada – que já tinha passado por todos os órgãos do governo – a ser enviada para esta casa. Essa proposta faz a reestruturação da carreira tanto do Detran-DF como dos agentes de trânsito do DER-DF.

Eu conversei com o governador, que alegou que a proposta era inconstitucional. Eu fiz uma revisão na proposta do DER-DF, reenviei-a para o governador, e o governador fez o compromisso, deputado Eduardo Pedrosa, de analisá-la e, se for o caso, encaminhá-la o quanto antes a esta casa.

Essa proposta, assim como a dos agentes de trânsito do Detran-DF, não tem nenhum impacto financeiro. É apenas para dar segurança jurídica e tranquilidade a vocês profissionais que cuidam de uma das questões mais importantes hoje, deputado Hermeto, da nossa sociedade, que é a violência no trânsito.

Eu e o deputado Eduardo Pedrosa conversamos muito sobre isso. A violência no trânsito vem assolando e destruindo várias famílias. Se não fossem cada um dos senhores e os agentes de trânsito do DER-DF, quantas famílias nós não teríamos perdido por conta da violência no trânsito?

Então, os senhores têm o meu respeito. Nós estamos solidários ao deputado Eduardo Pedrosa, que está puxando essa pauta. Deputado, conte comigo. No que for necessário para fazermos essa entrega tão importante os colegas podem contar conosco.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, quero só fazer uma correção na minha fala. Eu quero ressaltar todo o trabalho, pessoal do Detran-DF, deste homem: o deputado Eduardo Pedrosa. Ele tem um carinho muito grande por vocês.

Nessa guerra, deputado Eduardo Pedrosa, presidente da CEOF, vossa excelência tem uma preocupação grande com o Detran-DF. Eu quero dizer, do fundo do meu coração, que vossa excelência tem feito um trabalho fantástico. Eu tenho certeza disto: eu não voto nada se o projeto do Detran-DF não passar por aqui.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, eu acho que não dá para sairmos daqui hoje sem votarmos o projeto. Nós estamos lutando contra o tempo. Nós acompanhamos as negociações. Faço questão de registrar o papel do deputado Eduardo Pedrosa nesse tema. Por isso, peço que os deputados permaneçam aqui, nem que seja necessário suspender a sessão. Não saiam antes de o projeto chegar.

Eu sei que amanhã haveria sessão, mas nós já estamos aqui. Inclusive, está havendo um ato de filiação nacional do meu partido, e já avisei que não vou sair daqui enquanto não votar o projeto.

Eu também queria deixar registrado que nós temos um compromisso feito no Colégio de Líderes com o pessoal da gestão fazendária.

Então, gente, unam-se! Há o pessoal da reestruturação do planejamento, cujo projeto ainda precisa ser votado em segundo turno. Nós não vamos sair daqui enquanto esses projetos não chegarem. Eu vou cantar junto com vocês: "Eu não vou embora, eu não vou embora".

(A deputada canta.)

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, eu queria só agradecer o apoio dos meus colegas deputados, de todos que falaram aqui em defesa dos servidores do Detran-DF, que têm feito um grande trabalho pelo Distrito Federal. Isso mostra que, quando se trata de fazer justiça, os deputados da Câmara Legislativa se juntam independentemente de lado ideológico, de posição política.

Hoje o que estamos pedindo é que se faça justiça para uma categoria que não pode ser deixada para trás. Nós não a deixaremos para trás, não é, deputado Chico Vigilante? Eu acredito que essa proposição do deputado Chico Vigilante é muito especial. Espero que sigamos nesse sentido.

Presidente, de coração, ainda temos até o dia 4 de abril para fazer essa votação. Nós queremos votar isso hoje. Tenho certeza de que essa pressão junto com o apoio de todos os deputados e todos os diálogos que estão sendo construídos vão render bons frutos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.025/2025, de autoria do deputado Jorge Vianna, que "Dispõe sobre o repasse do Incentivo Financeiro Adicional (IFA) aos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde (AVAS) e aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) do Distrito Federal e dá outras providências".

A proposição não recebeu o parecer das comissões. A CAS, a CSA, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da CAS, deputado Rogério Morro da Cruz, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Rogério Morro da Cruz, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para apresentar parecer.) – Parecer da CAS ao Projeto de Lei nº 2.025/2025, de autoria do deputado Jorge Vianna, que "Dispõe sobre o repasse do Incentivo Financeiro Adicional (IFA) aos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde (AVAS) e aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) do Distrito Federal e dá outras providências".

Presidente, no âmbito desta comissão, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.025/2025.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito à presidente da CSA, deputada Dayse Amarílio, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito à relatora, deputada Dayse Amarilio, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para apresentar parecer.) – Parecer da CSA ao Projeto de Lei nº 2.525/2025, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Dispõe sobre o repasse do Incentivo Financeiro Adicional (IFA) aos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde (AVAS) e aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) do Distrito Federal e dá outras providências”.

Na Comissão de Saúde, somos pela aprovação de tudo que for para essa categoria que merece tanto. Tenho certeza de que, por unanimidade, nós da CSA somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.025/2025.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.025/2025, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Dispõe sobre o repasse do Incentivo Financeiro Adicional (IFA) aos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde (AVAS) e aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) do Distrito Federal e dá outras providências”.

O parecer é pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Solicito ao vice-presidente da CCJ, deputado Chico Vigilante, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Designo o deputado Robério Negreiros, pois essa é a demonstração de que, nesta casa, ninguém faz as coisas sozinho.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Robério Negreiros, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2.025/2025, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Dispõe sobre o repasse do Incentivo Financeiro Adicional (IFA) aos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde (AVAS) e aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) do Distrito Federal e dá outras providências”.

Eu tenho uma dúvida quanto à constitucionalidade, mas, quanto à dúvida, votarei pela admissibilidade e deixo que o governo faça a análise em eventual sanção.

Meu voto é pela admissibilidade.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Robério Negreiros.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, gostaria de fazer uma retificação, porque, quando relatei a matéria, mencionei errado o número do projeto. Eu li Projeto de Lei nº 2.525/2025, contudo o correto é Projeto de Lei nº 2.025/2025.

Peço que conste a correção em ata.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada Dayse Amarílio.

Em discussão os pareceres em bloco ao Projeto de Lei nº 2.025/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foram aprovados com a presença de 20 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.025/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 20 deputados.

Registro e agradeço a presença da doutora Cláudia Alcântara, presidente do Sindicato dos Delegados. É um prazer ter você e toda a diretoria do Sindepo conosco.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.226/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 765.253.602,00".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.226/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 765.253.602,00".

Presidente, o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.226/2026 é pela admissibilidade e aprovação da proposição.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Em discussão o parecer ao Projeto de Lei nº 2.226/2026.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, aprovamos – vossa excelência se recorda disto – uma alteração segundo a qual todos os projetos indicados a esta casa que preveem excesso de arrecadação devem vir acompanhados da origem desse excesso.

Vou ler o dispositivo.

"Art. 60. ...

§ 4º O projeto de lei de crédito adicional destinado a incorporar à Lei Orçamentária Anual – LOA recursos decorrentes de excesso de arrecadação deve:

I – ser instruído com a exposição justificada na forma prevista no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – indicar detalhadamente os fatos e os respectivos valores que fundamentam a estimativa do excesso;

III – demonstrar a efetiva disponibilidade de caixa do excesso de arrecadação correspondente ao montante a ser incorporado;

IV – informar a metodologia empregada para a aferição do excesso de arrecadação.

§ 5º O Poder Executivo deve encaminhar à Câmara Legislativa, mensalmente, demonstrativo da arrecadação das receitas, com a indicação dos fatos e dos respectivos valores que sustentam a variação da receita realizada em relação à receita prevista, bem como da metodologia empregada para a sua atualização.”

Nada disso foi cumprido. Não enviaram absolutamente nada acompanhando o projeto.

Portanto, deputado Eduardo Pedrosa, acho melhor deixar a votação desse projeto para terça-feira. Quem sabe, até lá, o projeto do Detran-DF chega a esta casa. Pelo visto, presidente, a tartaruga está empacada em algum canto. E desempacar tartaruga não é fácil, ainda mais porque temos de respeitar o direito dos animais.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 19 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.226/2026.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Para orientar a bancada.) – Presidente, não cumpriram o que determina a lei e, portanto, oriento a bancada do PT a votar contra. Não cumpriram! Têm que cumprir! Aqui não fazemos de conta.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado, em primeiro turno, com a presença de 19 deputados. Houve 6 votos contrários: do deputado Max Maciel, do deputado Fábio Félix, do deputado Chico Vigilante, do deputado Gabriel Magno, do deputado Ricardo Vale e da deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, estamos ganhando tempo para que os projetos do Detran-DF e da gestão fazendária cheguem a esta casa.

Quero fazer um agradecimento especial, já que não o fiz na votação do IFA, à Associação dos Agentes Comunitário de Saúde e de Vigilância Ambiental, no caso, aos nossos amigos Hugo, Liduína e William, que me apresentaram essa pauta.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Ratifico que o Projeto de Lei nº 2.226/2026 foi aprovado, em primeiro turno, com a presença de 20 deputados e 6 votos contrários.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para declaração de voto.) – Presidente, aproveitando a presença de servidores públicos neste momento e a crise a profunda que estamos enfrentando, acho importante esclarecer para quem está assistindo a sessão a preocupação legítima que a casa tem com o Iprev. O que foi aprovado agora foi um crédito de mais R\$700 milhões para o Iprev, só que precisamos abrir a caixa-preta da Previdência do Distrito Federal.

O Iprev tem ações do BRB. O governador Ibaneis Rocha, que no sábado, parece-me, vai descer a rampa do Palácio do Buriti, jogou a previdência do Distrito Federal e o BRB num lamaçal nacional. Quem vai pagar essa conta?

Ele está fugindo, vai renunciar no sábado. Ele não vai pagar essa conta. Quem vai pagar essa conta? A população do Distrito Federal?! Nós queremos saber o que está acontecendo no Iprev. O orçamento aprovar aporte no Iprev é legítimo desde que saibamos exatamente aquilo que está acontecendo com a previdência do Distrito Federal.

Eu sou servidor público do Distrito Federal. Aqui nós temos servidores públicos do Distrito Federal, queremos saber do dia de amanhã. Esses governos passam, principalmente os governos ruins, que jogam o Distrito Federal nessa condição, como é o caso do governador. Ainda bem que passam, mas nós servidores públicos ficamos.

Por isso, é muito importante que esta casa fiscalize a previdência local para que saibamos o que vai acontecer no dia de amanhã, porque nós não podemos deixar que a previdência do Distrito Federal quebre, que o governador consiga fazer com a previdência do Distrito Federal aquilo que está fazendo com o Banco de Brasília.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Não há mais assunto a tratar. Nos termos do Regimento Interno, convoco sessão extraordinária com início imediato após o encerramento desta sessão para apreciação dos projetos, em segundo turno:

- Projeto de Lei nº 2.229/2026;
- Projeto de Lei nº 2.223/2026;
- Projeto de Lei nº 2.132/2026;
- Projeto de Resolução nº 80/2026;
- Projeto de Resolução nº 81/2026;
- Projeto de Lei nº 2.237/2026;
- Projeto de Lei nº 2.236/2026;
- Projeto de Lei nº 2.234/2026;
- Projeto de Lei nº 2.239/2026;
- Projeto de Lei nº 2.235/2026;

- Projeto de Lei nº 2.241/2026;
- Projeto de Lei nº 2.226/2026;
- Projeto de Lei nº 2.025/2026.

Estamos aguardando o projeto de lei que trata da polícia legislativa. Logo que chegar, nós o incluiremos como item extrapauta.

Está encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos conforme informados pelos organizadores dos eventos.  
Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde  
APH – Atendimento Pré-Hospitalar  
Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde  
CACs – Colecionadores, Atiradores e Caçadores  
CAS – Comissão de Assuntos Sociais  
CBM-DF – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal  
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça  
CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças  
CIL – Centro Interescolar de Línguas  
Codhab-DF – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal  
Conlegis – Consultoria Legislativa  
CPF XII – Curso de Formação de Praças XII  
CS – Comissão de Segurança  
CSA – Comissão de Saúde  
DER-DF – Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal  
Detran-DF – Departamento de Trânsito do Distrito Federal  
GDF – Governo do Distrito Federal  
HUB – Hospital Universitário de Brasília  
IFA – Incentivo Financeiro Adicional  
IGESDF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal  
Iprev-DF – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal  
IPVA – Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores  
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias  
MP – Medida Provisória  
Pasus – Parcela Autônoma de Integração ao Sistema Único de Saúde  
PM – Polícia Militar  
PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal  
Ride – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno  
Samu – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência  
Sindafis – Sindicato dos Servidores Integrantes da Carreira de Fiscalização de Atividades Urbanas do DF  
SindEnfermeiros – Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal  
Sindepo-DF – Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal  
STF – Supremo Tribunal Federal  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TLP – Taxa de Limpeza Pública  
TPD – Trabalho em Período Definido  
UnDF – Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516**, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa - Substituto(a), em 31/03/2026, às 19:14, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
Código Verificador: **2594045** Código CRC: **7CE79903**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241  
[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br) - [serel@cl.df.gov.br](mailto:serel@cl.df.gov.br)

00001-00011582/2026-79

2594045v15